

VITOREIROS E MONTEIROS : ILHÉUS DO LITORAL NORTE PAULISTA
("VITOREIROS" AND "MONTEIROS" : ISLANDERS OF THE NORTH COAST OF
SÃO PAULO)

PALAVRAS CHAVES: PESCA, PESCADORES, ILHAS, ILHÉUS, GEOGRAFIA
KEY WORDS : FISHING, FISHERMEN, ISLAND, ISLANDER, GEOGRAPHY

EDUARDO SCHIAVONE CARDOSO

Dissertação apresentada junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do grau de
Mestre

Orientação : Profa. Dra. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta

São Paulo - 1996

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o modo de vida insular das ilhas Vitória e Monte de Trigo, no que ele possui de singular e em suas relações mais amplas com o continente.

Parte-se da análise das questões pesqueira e de ocupação do espaço litorâneo, para em seguida verticalizar o estudo das comunidades de ilhéus monteiros e vitoreiros a partir de seu sistema de propriedade, das modalidades de uso dos recursos naturais e de seu modo de vida, que comporta a análise da divisão social do trabalho, da educação, da saúde, da religião e das relações que os ilhéus constróem com o continente.

Foram identificados os problemas que interferem na reprodução do modo de vida insular e os mecanismos de subordinação da pequena produção pesqueira das ilhas ao mercado e ao capital industrial na pesca.

As particularidades e singularidades destas comunidades foram apreendidas, comunidades que constroem sua identidade, seus espaços e territórios e seu não isolamento frente aos processos de apropriação dos recursos pesqueiros e de ocupação do espaço litorâneo e marítimo.

AGRADECIMENTOS

Aos familiares e amigos,

Aos amigos, colegas e funcionários do DG e do prédio da HG

Aos amigos do litoral, em especial aos do Projeto Cultural São Sebastião Tem

Alma

À Iraci G. de V. Palheta pela orientação

À CAPES que financiou parte desta pesquisa

Ao Raul B. Guimarães, Júlio C. L. de Avelar e Roseli H. D. Rodrigues pela leitura dos originais

À Cristina C. Martins, Paulo Pascale Jr. e Orlando Silva Barbosa pela ajuda nos computadores

Ao Fábio pela transcrição das fitas

À Claudinha pela editoração

À Andréa Cabral pela confecção dos mapas

Ao Evandro Costa e Lídia Costa pelos desenhos da capa

Aos ilhéus de Vitória e Monte de Trigo

OBSERVAÇÃO : Em virtude da conversão dos programas originais (um saudoso WORKS rodado em um 286 com uma vaga lembrança no lugar da memória) para esta versão do Microsoft Word, os gráficos, quadros, mapas, figuras e fotografias da versão original, não se encontram disponíveis em computador. Manteve-se os títulos e as respectivas inserções no texto para orientação dos leitores.

Índice dos Quadros - Disponível até o número 4

Quadro 1 - Produção e Valor do Pescado por Região

Quadro 2 - Produção e Valor do Pescado segundo os Sistemas de Pesca

Quadro 3 - Sistemas de Pesca por Região

Quadro 4 - Estado de São Paulo : Principais Espécies Capturadas por Sistemas de Produção

Quadro 5 - Espécies Capturadas e Respectivas Artes de Pesca

Quadro 6 - Monte de Trigo : Espécies Vegetais Coletadas e/ou Observadas nos Ambientes Florestais em Diferentes Estágios Sucessionais

Quadro 7 - Ilha Vitória : Espécies Vegetais Coletadas e/ou Observadas nos Ambientes Florestais em Diferentes Estágios Sucessionais

Quadro 8 - Monte de Trigo : Plantas que Produzem Frutos Comestíveis Presentes no Entorno das Habitações

Quadro 9 - Ilha Vitória : Plantas que Produzem Frutos Comestíveis Presentes no Entorno das Habitações

Quadro 10 - Ilha Vitória : Espécies Exóticas e/ou Ornamentais Observadas no Entorno das Habitações

Quadro 11 - Monte de Trigo : Espécies Exóticas e/ou Ornamentais Observadas no Entorno das Habitações

Quadro 12 - Plantas Comumente Utilizadas para Fins Medicinais pelos Habitantes da Ilha Vitória

Quadro 13 - Plantas Comumente Utilizadas para Fina Medicinais pelos Habitantes da Ilha do Monte de Trigo

Índice de Figuras – Não disponível

Figura 1 - Circulação e Áreas de Maior Produtividade da Costa Brasileira

Figura 2 - Distribuição Geográfica das Principais Espécies Oceânicas de Valor Comercial

Figura 3 - Brasil : Produção Pesqueira por Região e por Sistema de Pesca

Figura 4 - Mapa Geológico da Ilha Monte de Trigo

Figura 5 - Mapa Geológico da Ilha Vitória

Figura 6 - Topografia e Perfil Topográfico da Ilha Vitória

Figura 7 - Localização das Moradias na Ilha Vitória

Figura 8 - Pirâmide Etária da Ilha Monte de Trigo

Índice dos Mapas – Não disponível

Mapa 1 - O Litoral Norte Paulista - localização das áreas estudadas

Mapa 2 - Localização das Ocorrências de Rochas Alcalinas do Litoral Paulista

Mapa 3 - Topografia e Perfil Topográfico da Ilha Monte de Trigo

Mapa 4 - Ilha Vitória e as Cidades do Continente - Principais Relações Estabelecidas Pelos Ilhéus

Mapa 5 - Ilha Monte de Trigo e as Cidades do Continente - Principais Relações Estabelecidas Pelos Ilhéus

VITOREIROS E MONTEIROS - ILHÉUS DO LITORAL NORTE PAULISTA

Introdução

Capítulo 1 - A Questão Pesqueira

1.1. Pesca e Natureza

1.2. Um Pouco da História da Pesca no Brasil

1.3. A Produção Pesqueira no Brasil

1.4. As Diferentes Formas de Organização da Pesca

Capítulo 2 - A Questão Litorânea

2.1. A Construção da Praia

2.2. O Litoral Norte Paulista : Breves Linhas

2.3. O Espaço Caiçara

2.4. Urbanização e Turismo no Litoral Norte Paulista

Capítulo 3 - Vitória e Monte de Trigo : Aspectos Físicos e Jurídicos

3.1. Aspectos Físicos

3.2. Os Diplomas Legais de Preservação

Capítulo 4 - Hipóteses do Povoamento e a Questão das Terras

4.1. O Povoamento

4.2. A População Atual e os Novos Deslocamentos

4.3. A Questão da Propriedade

Capítulo 5 - O Uso dos Recursos Naturais

5.1. A Pequena Produção Pesqueira Insular

5.2. Os Recursos Florestais

5.3. As Roças

Capítulo 6 - Revisitando o Modo de Vida Insular

6.1. Um dia no Monte de Trigo

6.2. Um dia na Vitória

6.3. A Divisão Social do Trabalho

6.4. A Educação Formal e Informal

6.5. A Doença e a Cura

6.6. A Religião e a Festa

6.7. Os Contatos

Capítulo 7 - A Reprodução do Modo de Vida Insular

7.1. Os Fatores Internos : a Desunião, o Álcool , a Fofoca

7.2. Os Fatores Externos : a Disputa Pelo Pescado

Conclusão - O Não Isolamento das Ilhas

Bibliografia

Anexo Fotográfico – Não disponível

INTRODUÇÃO

Vitoreiros e Monteiros, ilhéus do Litoral Norte Paulista. Analisar o modo de vida insular em sua organização interna e suas relações mais amplas com os processos de apropriação do espaço marítimo e litorâneo é o objetivo desta dissertação.

Ilhéus distanciados da costa, mas inseridos no mercado como pequenos produtores pesqueiros, têm nesta relação de subordinação aos processos do capitalismo na pesca uma de suas facetas, que se traduz nos baixos padrões de vida presentes nestas comunidades.

Inseridos no mercado, guardam porém sua especificidade, sua singularidade, presente no dispor do tempo e do espaço, nas suas relações sociais e de apropriação dos recursos insulares e marítimos.

Constróem sua identidade de ilhéus - a afirmação de sua especificidade, ao mesmo tempo que constróem seu não isolamento, em uma teia que comporta as relações com o mercado, as relações de parentesco, de compadrio, de amizade e as relações de busca e conquista dos serviços que lhes garantam a cidadania.

Dispor do tempo e do espaço parece-me a característica mais singular destas comunidades, que este trabalho buscou apreender ao relatar o modo de vida insular.

Foram seis anos de trabalho junto a estas comunidades. Iniciado com o Encontro das Ilhas em 1990, prosseguiu com os projetos desenvolvidos pelo Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma ,em especial nas áreas de educação e saúde e desembocou, nos anos de 95 e 96, no Projeto Ilhéu Caiçara, que vem se desenvolvendo projetos de cultivo agrícola, mitilicultura e de aquisição de meios de produção pesqueiros.

Mais que objetos de estudo, construiu-se neste processo uma relação de amizade e confiança que busquei traduzir neste trabalho, uma pesquisa desencadeada a partir da ação de construção da cidadania e de busca de uma maior autonomia dos ilhéus frente aos processos que os subordinam.

CAPÍTULO 1 - A QUESTÃO PESQUEIRA

1.1.PESCA E NATUREZA

A pesca enquanto atividade extrativa mantém uma estreita relação com os processos naturais. Fatores oceanográficos e geomorfológicos definem os distintos nichos ecológicos, os ciclos de reprodução e migração das espécies de pescado determinam a presença dos cardumes nos locais de pesca, ao passo que as condições de mar e de tempo atmosférico imprimem o ritmo e duração das pescarias, em especial daquelas com baixo investimento tecnológico.

A costa brasileira em seus aproximadamente 8.000 km de extensão é banhada pelas águas das correntes do Brasil e das Guianas oriundas da subdivisão da Corrente Sul Equatorial e pelas águas da Corrente das Malvinas, que banham a costa sul brasileira.

As águas da Corrente do Brasil circulam em direção norte - sul ao longo da porção oriental da costa brasileira, enquanto a Corrente das Guianas circula em sentido leste - oeste pela costa norte do Brasil. As águas quentes destas correntes são relativamente pobres em nutrientes e as áreas de maior produtividade primária situam-se junto aos estuários, que trazem um aporte de nutrientes oriundos das áreas continentais desembocando-os no oceano e nas áreas de ressurgência de águas profundas situadas na altura de Cabo Frio - RJ.

Já a Corrente das Malvinas oriunda de águas frias e fertilizada pelo aporte de nutrientes do Rio da Prata, circula no sentido sul - norte, banhando a costa sul brasileira até a altura do litoral catarinense, enriquecendo as águas nas áreas que atinge até sua convergência com as águas da Corrente do Brasil.

As águas quentes das correntes do Brasil e das Guianas são responsáveis por uma grande biodiversidade de espécies marinhas, porém apresentam uma pequena quantidade de indivíduos de cada espécie, ao contrário dos mares frios e temperados onde encontram-se grandes cardumes de relativamente poucas espécies.

Os dois fenômenos já citados : a ressurgência de Cabo Frio e a presença da

Corrente das Malvinas enriquecem localmente as águas que banham o litoral brasileiro e são responsáveis pela presença dos cardumes de sardinha no Sudeste - no caso da ressurgência de Cabo Frio e pela presença dos cardumes de merluza, corvina e pescadas que acompanham o deslocamento da Corrente das Malvinas na costa sul do país.(Silva - 1972).

Em uma outra escala, as águas brasileiras são enriquecidas pelos aportes continentais de nutrientes drenados pelos corpos d'água. Grandes reentrâncias da costa, como os golfões Amazônico e Maranhense por exemplo, são áreas de grande fertilidade natural e intensa atividade pesqueira, assim como os ecossistemas lagunares e estuarinos situados ao longo do litoral com variadas dimensões.

O relevo submarino é uma outra variante que interfere diretamente na atividade pesqueira. A plataforma continental brasileira diferencia-se ao longo do litoral em áreas mais amplas e mais estreitas, de fundos recobertos por areia e lama ou fundos coralinos e rochosos influenciando sobretudo nas artes de pesca empregadas nas capturas.

No Norte do país a plataforma continental é ampla e recoberta de sedimentos como areia e lama possibilitando as operações de arrasto de fundo em especial para a captura de camarões e espécies estuarinas como as piramutabas.

Já na costa nordestina a plataforma continental se estreita e possui um fundo rochoso com presença de recifes e arrecifes para no Sudeste e Sul do país tornar-se mais ampla e recoberta por areias, lama e cascalhos.

A consequência deste fato para a pesca é a possibilidade de emprego de artes de pesca diferenciadas, em especial os arrastos de fundo presentes no Norte, Sudeste e Sul e restritos a algumas áreas do Nordeste onde predominam as capturas com covos e a linha, artes de pesca adaptadas aos fundos rochosos e coralinos.

Enquanto as condições naturais de uma determinada porção do litoral brasileiro possibilitam a captura de cardumes de pescado, em outras áreas capturam-se indivíduos, cujo custo de captura e valor de comercialização tornam-se mais altos. É o caso sobretudo do pescado nordestino em oposição aos de outras regiões como é também o caso de algumas pescarias realizados no Sudeste brasileiro, em especial nas ilhas que este estudo aborda, onde a produção de peixes de pedra é significativa.

O tempo atmosférico e os ciclos lunares exercem, cada qual a seu modo, influências sobre a atividade pesqueira. No Sul e Sudeste brasileiros, a chegada de frentes frias representam uma parada forçada para pequenos pescadores, cujas canoas ficam impedidas de saírem nos dias de mar bravo. Na pesca de sardinha em traineiras, os períodos de "*claro*" em épocas de lua cheia eram inadequados à pesca, pois não era possível identificar a presença dos cardumes a partir da ardentia ¹ produzida em seus deslocamentos.

As estações do ano condicionam a presença dos cardumes de espécies migratórias em determinadas regiões, definindo as safras de pescado. Assim é para a tainha, nos litorais do Sudeste e Sul, cujo deslocamento em direção ao Norte acontece nos meses de maio a agosto e o aparecimento dos cardumes mobiliza os pescadores para a pesca desta espécie.

Também os ciclos de reprodução das espécies definem as safras do pescado juntamente com os períodos de defeso², quando a captura de determinada espécie é proibida. No litoral Sudeste, por exemplo, temos, além da tainha, as safras de lula, manjuba, camarão, sardinha, entre outras que impõem ao pescador o desafio de aparelhar-se para as diversas safras ou então especializar-se em determinada arte de captura.

É neste contexto de inter-relação de diversos processos naturais que a atividade pesqueira deve ser entendida. A eles juntam-se as ações antrópicas que vem alterando as condições naturais em que se exerce a pesca. Pode-se identificar ao menos duas ações que têm interferido diretamente na reprodução da atividade pesqueira : a pesca predatória e a degradação ambiental dos ecossistemas costeiros.

Dentre os processos de pesca predatória já foram identificados a sobrepesca, sobretudo da sardinha brasileira. A sobrepesca é caracterizada como uma retirada excessiva de indivíduos que compromete a reposição dos estoques pesqueiros, levando a sua diminuição e conseqüente extinção econômica.

¹ Ardentia é o brilho que aparece na água com o deslocamento dos cardumes. A presença da ardentia alertada pelo proeiro era a forma de identificação dos cardumes e dava início às operações de pesca. Hoje em dia, métodos mais modernos de localização dos cardumes são empregados, como o sonar e a ecossonda.

² Os defesos são definidos pelo IBAMA e representam as épocas em que a captura de determinadas espécies é proibida. Existem defesos para a sardinha, camarões rosa, lagosta, entre outros, que nem sempre são respeitados pelos pescadores

Outros processos de pesca predatória ocorrem, oriundos especialmente das operações de arrasto, realizadas por grandes e pequenas embarcações. O arrasto é praticado para a captura de camarões e demais espécies demersais³ e remove todo o material do fundo por onde passa, capturando uma grande quantidade de pescado e alevinos que não são aproveitados comercialmente. É a fauna acompanhante das operações de arrasto que é lançada já morta de volta às águas, sendo inúmeras vezes maior do que é efetivamente aproveitado neste tipo de pescaria.

As operações de arrasto já são identificadas por pequenos pescadores como responsáveis pela diminuição do pescado, em especial no litoral norte paulista onde ocorre uma série de conflitos entre pescadores de arrasto e pescadores que exercem outras artes de pesca, como pesca de rede e de cerco.

A degradação ambiental dos ecossistemas costeiros é um outro processo que tem interferido diretamente na reprodução da atividade pesqueira. As fontes de degradação são inúmeras e passam pela poluição orgânica, poluição química, devastação de manguezais, aterros de mangues, brejos e lagunas, entre outras formas que tem como consequência a destruição de ecossistemas litorâneos de alta produtividade primária, responsáveis por parte do povoamento dos mares. É sabido que a maior produtividade dos mares concentra-se na faixa litorânea, onde situam-se paradoxalmente os ecossistemas mais atingidos pela degradação ambiental.

No Brasil uma série destes ecossistemas já se encontra comprometida pela degradação ambiental e observa-se concomitantemente uma diminuição da atividade pesqueira. É o caso dos rios e estuários pernambucanos, da Baixada Santista, das lagunas catarinenses, da Lagoa dos Patos, entre outros.

Frente a estes processos de destruição, os pescadores pouco a pouco se levantam na defesa dos ambientes costeiros, revelando uma percepção de que pesca e natureza são indissociáveis e que a reprodução da pesca passa necessariamente pela preservação dos ecossistemas naturais.

A atividade pesqueira aparece assim como uma interface de processos naturais e sociais extremamente rica para a análise geográfica, que pretende desvendar a dinâmica de apropriação e conflito presentes no litoral e no mar brasileiros.

³ Aplica-se o termo demersais às espécies de pescado que vivem próximo ao fundo oceânico.

1.2.UM POUCO DA HISTÓRIA DA PESCA NO BRASIL

A atividade pesqueira possui uma historicidade muito grande. Sua origem remonta a períodos pré-históricos quando do estabelecimento dos primeiros agrupamentos humanos. Retomar , ainda que em linhas gerais, a evolução da atividade pesqueira no Brasil, permitirá avaliar a importância que a pesca exerceu na configuração sócio-espacial brasileira e analisar o seu papel, ainda hoje como atividade econômica principal de uma parcela significativa da população brasileira.

A pesca é uma das mais antigas atividades do homem no litoral brasileiro. Nos Sambaquis espalhados por todo o litoral, os vestígios arqueológicos apontam para o uso que as populações pré cabralinas faziam do mar para sua dieta alimentar. Conchas, carapaças de crustáceos, espinhas de peixe e ostras revelam uma dieta baseada na pesca e coleta de frutos do mar praticadas pelos grupos pré-históricos que habitavam o litoral brasileiro.

As populações indígenas habitantes da zona costeira também faziam uso do mar para obtenção de alimentos. Os relatos dos primeiros viajantes europeus revelam as características da pesca praticada por estes grupos. Hans Staden, que conviveu com os Tupinambás do litoral norte paulista e sul fluminense em meados do século XVI, descreve a pesca praticada com arco e flecha e com redes tecidas com tucum, além de apontar para a existência de grupos que viviam distantes do litoral e para lá se dirigiam afim de realizarem grandes pescarias e abastecerem-se de farinha de peixe (Staden, 1974).Jean de Lery, que também conviveu com os Tupinambás do litoral fluminense em meados do século XVI, assinala as pescarias com flecha e anzóis de espinho, além das embarcações como jangadas e canoas. Descreve também as trocas realizadas com os franceses que introduziram as redes e os anzóis de ferro (Lery,1980).

A presença ainda hoje de embarcações como a canoa e a jangada, as redes tecidas com fibras vegetais, algumas armadilhas para a captura de pescado e a cestaria empregada nas pescarias atuais, com maior ou menor transformação, revelam a herança deixada pelas diversas nações indígenas na cultura da pesca brasileira.

No Período Colonial, uma rede de atividades econômicas se desenvolviam ao longo do litoral brasileiro de maneira complementar e mesmo independente daquelas consideradas mais dinâmicas. Ao redor dos engenhos de açúcar nordestinos do século XVII, por exemplo, uma população significativa exercia atividades de pequena agricultura, pesca e coleta de moluscos e caranguejos.

Dentre as pescarias do período colonial destaca-se a pesca da baleia. Organizada em feitorias e armações baleeiras por todo o litoral, era responsável pelo fornecimento de carne, toucinho e principalmente azeite empregado na iluminação pública. Na Amazônia, o Estado Colonial organizou os pesqueiros reais como forma de explorar a produção do pescado e suprir as unidades militares estabelecidas na região (Silva,1988).

A História vem apontando o papel que os pescadores exerceram enquanto sujeitos ativos na formação do espaço brasileiro. Indígenas, colonos europeus, mulatos, caboclos, negros forros e escravos forneciam os braços para o trabalho no mar, de onde retornavam com a produção destinada ao abastecimento dos núcleos urbanos litorâneos (Silva,1988).

Já nos primeiros séculos do povoamento foi se delineando uma categoria social específica - a dos pescadores, que acabaram por exercer importantes papéis em lutas como a travada entre Portugal e Holanda pelo açúcar nordestino no século XVII, ou em lutas posteriores como a Cabanagem do Pará e a abolição da escravatura no século passado (Silva, 1988).

A evolução das artes de pesca foi sendo engendrada ao longo da história do Brasil. Apetrechos de pesca indígenas foram modificados por escravos africanos ou colonos europeus. Armadilhas de pesca africanas foram adaptadas às condições das lagunas e estuários brasileiros. Do europeu chegaram inovações como a rede de traina que forneceu um dos suportes para a indústria pesqueira vindoura (Bernardes,1958). Mais recentemente a imigração oriental trouxe novos ingredientes para a estruturação da pesca no Brasil (Mussolini,1980). O advento do motor e da rede de nylon possibilitaram um grande incremento às pescarias. Estes fatos demonstram que a atividade pesqueira não ficou alheia às inovações tecnológicas presentes ao longo da história e revelam ainda que a pesca hoje herda elementos de várias matizes culturais. A título de exemplo, na Ilha da Vitória emprega-se uma armadilha de pesca de origem japonesa - o cerco flutuante, cujo

tratamento remonta à herança indígena, uma vez que as panagens do cerco são tingidas com a tintura da aroeira para ficarem mais resistentes.

A criação da Marinha de Guerra brasileira após a independência do país frente a Portugal e o estabelecimento da Capitania dos Portos em 1846, gerou novos mecanismos de intervenção do Estado na vida litorânea e marítima brasileiras. Pescadores e marinheiros, embarcações de pesca e de transporte passaram a se submeter à Marinha de Guerra, através das matrículas nas Delegacias da Capitania dos Portos, que guardava para si o direito de recrutar marinheiros e pescadores para compor seus quadros em caso de guerra (Silva,1991).

Foi o Ministério da Marinha que criou, a partir de 1919, o sistema representativo da categoria dos pescadores formado pelas Colônias de Pescadores em nível municipal e local, as Federações de Pescadores em nível estadual e a Confederação Nacional dos Pescadores (Silva,1991). Junto a este sistema foram criados mecanismos para intervir no processo de organização dos trabalhadores da pesca . Somente com a Constituição de 1988 e após o movimento intitulado Constituinte da Pesca, foi que as Colônias de Pescadores ganharam o status de organização livre de trabalhadores com os mesmos princípios de organização dos sindicatos urbanos e rurais (CPP s/data).

No início do século XX, algumas inovações tecnológicas trazidas por pescadores espanhóis e portugueses, tais como a pesca de linha de fundo com caícos, a pesca de camarão com arrasto de portas e a pesca de sardinha com traineiras, aliadas ao surgimento das primeiras empresas de conservação de pescado, irão marcar cada vez mais a diferenciação entre os modos de organização da produção pesqueira, fazendo surgir o chamado setor industrial capitalista na pesca (Bernardes, 1958 - Diegues,1983).

Porém, é na década de 1960 que este setor recebe um impulso jamais visto até então. Em 1962 é criada pelo governo federal a SUDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca, com o objetivo de tirar o setor do "*primitivismo*" em que se encontrava. Em 1967 entra em vigor a política de incentivos fiscais, atraindo para a pesca empresários então alheios ao setor. Com isenção de impostos para o estabelecimento de indústrias de pesca, financiamento de frotas, isenção de taxas de importação de equipamentos e uma série de outros benefícios, o Estado brasileiro pretendia modernizar o setor pesqueiro.

De fato, a produção pesqueira nacional teve um incremento, saltando de cerca de 300.000 toneladas no início dos anos 60, para quase 900.000 toneladas nos anos 80, porém este incremento se deu a partir da superexploração de poucas espécies, especialmente aquelas voltadas para a exportação e na competição cada vez maior entre a pequena pesca e as grandes frotas industriais.

Inúmeras empresas que surgiram com os incentivos fiscais vieram a falir e dentre os erros mais comuns apontados pela própria SUDEPE encontram-se os investimentos em fábricas de processamento, sem saber da existência da matéria prima, desequilíbrios nas inversões de capitais não atendendo aos verdadeiros gargalos do setor e a captura de poucas espécies, levando à rápida predação dos recursos naturais (Diegues,1983).

Estes fatos, aliados às inúmeras irregularidades na aplicação dos recursos oriundos dos incentivos fiscais, revelam que a estratégia utilizada pelo Estado não atingiu os objetivos de criar um sólido setor industrial na pesca e ao mesmo tempo acirrou uma série de conflitos ao longo do litoral brasileiro entre os chamados segmentos artesanal e industrial na pesca. Em 1989 a SUDEPE foi extinta e incorporada ao IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, que até os dias de hoje é o responsável por ditar as normas e políticas para o setor pesqueiro.

O setor artesanal da pesca, mesmo ficando de fora dos incentivos do Estado, demonstra sinais de vitalidade, sendo responsável ainda hoje por pouco mais de 50% da produção pesqueira nacional, gerando alimento, emprego e renda para milhares de brasileiros através de uma produção de pequena escala, baseada na exploração de recursos pesqueiros variados e com sistemas de produção mais adaptados à diversidade de ambientes litorâneos , marinhos e flúvio - lacustres onde atua.

1.3.A PRODUÇÃO PESQUEIRA NO BRASIL

Uma breve análise da produção pesqueira nacional a partir das Estatísticas da Pesca do IBGE possibilita ao pesquisador um contato aproximado com a realidade pesqueira do Brasil. É importante lembrar que os dados presentes nas Estatísticas pesqueiras não abrangem toda a realidade da pesca no Brasil, muitos lugares pesqueiros

não são levantados, o que as torna falhas⁴. Do mesmo modo as produções computadas como de origem artesanal ou empresarial apresentam distorções, uma vez que os critérios de diferenciação são pouco precisos. Entretanto as Estatísticas da Pesca do IBGE são as únicas a fornecer um quadro nacional mais aproximado da pesca, servindo como parâmetro para a análise das tendências mais gerais presentes no setor. Mesmo assim, as Estatísticas da Pesca pararam de ser levantadas, sendo o último dado divulgado, até o momento desta pesquisa, é o referente ao primeiro semestre de 1990.

A produção pesqueira no Brasil durante a década de 80 girou em torno de 800.000 - 900.000 toneladas/ano. Deste total, cerca de 70 - 75% provém de capturas de espécies marítimas, ao passo que os 25 - 30% restantes provém de capturas em águas interiores - rios, lagos, açudes e lagos de barragens.

No ano de 1989 a produção de pescado no Brasil foi de 798.638 toneladas⁵, sendo 72,5% provenientes de capturas marítimas e 27,5% de capturas de água doce.

A distribuição desta produção obedece a seguinte ordem: em primeiro lugar vem a Região Sudeste com 246.344 toneladas, cerca de 30,8% da produção nacional, seguida pela Região Sul com 204.694 toneladas (25,6%), Região Norte com 172.156 toneladas (21,6%), Região Nordeste com 170.909 toneladas (21,4%) e Região Centro-Oeste com 4.535 toneladas (0,6%).

Em 1989 a produção pesqueira gerou um valor de CR\$ 3.419.910 mil cruzados novos, cuja distribuição por regiões apresenta uma interessante inversão. A produção nordestina gerou 38,5% do valor do pescado brasileiro, seguida pelas regiões Norte com 29%, Sudeste com 20,6%, Sul com 11% e Centro - Oeste com 0,9%.

O quadro 1 apresenta a distribuição percentual da produção e valor do pescado de acordo com as regiões.

⁴ Também não é computado o pescado capturado de forma ilegal por embarcações estrangeiras que atuam na costa brasileira.

⁵ As últimas Estatísticas da Pesca divulgadas, referem-se ao primeiro semestre de 1990. Por esse motivo optou-se por utilizar os dados do ano de 1989, divulgados nos dois semestres.

QUADRO 1

- Produção e Valor do Pescado por Região - (em %)

REGIÃO	PRODUÇÃO (%)	VALOR (%)
SUDESTE	30,8%	20,6%
SUL	25,6%	11%
NORTE	21,6%	29%
NORDESTE	21,4%	38,5%
CENTRO-OESTE	0,6%	0,9%

Fonte : IBGE 1989

O fato da inversão entre a produção e o valor do pescado advém da composição do pescado nas diferentes regiões. A captura de espécies de maior valor unitário de mercado, como lagostas e camarões, presente sobretudo no Nordeste e no Norte, compensa a relativa pequena produção destas regiões quando comparadas ao Sudeste e Sul que concentram suas capturas em espécies de pescado de menor valor de mercado tais como as sardinhas.

Um outro dado presente nas Estatísticas da Pesca do IBGE diz respeito às formas de produção do pescado, subdividindo as capturas em pesca empresarial e pesca artesanal. No ano de 1989 as capturas realizadas por empresas foram responsáveis por 397.448 toneladas - 49,8% da produção total com um valor de CR\$ 872.038 mil cruzados novos - 25,5% do valor gerado na primeira comercialização, ao passo que a pesca

artesanal foi responsável por 50,2% da produção - 401.190 toneladas e 74,5% do valor gerado - CR\$ 2.547.872 mil cruzados novos, conforme o quadro 2.

QUADRO 2

- Produção e Valor do Pescado segundo os Sistemas de Pesca -

Sistemas de Pesca –Produção (ton) % Valor (mil c.n.) %				

Pesca Empresarial	397.448	49,8	872.038	25.5

Pesca Artesanal	401.190	50,2	2.547.872	74,5

Fonte :IBGE - 1989

A pesca empresarial concentra suas capturas nas piramutabas e camarões da Região Norte, nos pargos, lagostas e camarões nordestinos, nos peixes de pedra dos parcéis de Abrolhos e do Mar Novo, nas sardinhas, atuns, cações e peixes demersais e camarões do Sudeste e Sul brasileiros.

Já a pesca artesanal, explora uma grande quantidade de espécies, das quais destacam-se as sardinhas, tainhas, bagres, gurijubas, filhotes, pescadas, corvinas, cações, serras, camarões, caranguejos e moluscos como mexilhões, sururus e lulas.

É no Sudeste e Sul que estão concentradas as empresas pesqueiras do país. Enquanto no Norte as capturas industriais atingem 13,7% do total da produção e no Nordeste atingem 10%, nas regiões Sudeste e Sul as empresas pesqueiras são responsáveis por 71,8% e 87,7% das capturas respectivamente, o que aponta para uma concentração espacial do capital no setor pesqueiro no Sudeste e Sul do país.

Este fato tem raízes históricas quando do estabelecimento das primeiras indústrias de beneficiamento do pescado nestas regiões e foi reforçado, durante a década de 60, pela política de incentivos fiscais da SUDEPE que beneficiou as empresas instaladas no

Sudeste e Sul. Segundo Diegues, 97% dos recursos fiscais no período de 1967 a 1974 concentraram-se no Sudeste e Sul do país (Diegues,1983).

O quadro e a figura a seguir apresentam a distribuição das capturas empresarial e artesanal pelas regiões brasileiras.

QUADRO 3

- Sistemas de Pesca por Regiões -

REGIÃO	TOTAL	PROD.EMP.	%	PROD.ART.	%
NORTE	172.156	23.587	13,7	148.569	86,3
NORDESTE	170.909	17.070	10	153.839	90
SUDESTE	246.344	176.800	71,8	69.544	28,2
SUL	204.694	179.451	87,7	25.243	12,3
C.OESTE	4.535	540	11,9	3.995	88,1

Fonte : IBGE 1989

Além da concentração de capital nas regiões Sudeste e Sul do país, o quadro 3 reflete ainda a importância que a pesca artesanal assume sobretudo no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e mesmo nas regiões Sudeste e Sul onde a pesca artesanal é responsável por 28,2% e 12,3% da produção respectivamente.

O Estado de São Paulo, onde inserem-se os lugares deste estudo, foi responsável por 9,5% da produção do pescado nacional - 75.876 toneladas no ano de 1989. Deste total 8% - 6.090 toneladas provém de capturas em águas interiores e os 92% restantes, 69.786 toneladas, provém de capturas marítimas.

A pesca empresarial praticada por 35 empresas é responsável por 79,1% da produção do estado - 60.063 toneladas, ao passo que a pesca artesanal responde por 20,9% da produção - 15.763 toneladas. Em águas marítimas estes percentuais são de 85,2% para a pesca empresarial e 14,8% para a pesca artesanal, conforme o quadro 4.

QUADRO 4

Estado de São Paulo -Principais Espécies Capturadas por Sistemas de Produção-

Espécie	Total(ton)	%	Prod.Emp.	%	Prod.Art.	%
Sardinha	28.688	41,1	24.323	34,8	4.365	6,2
Camarões	9.438	13,5	8.339	11,9	1.099	1,6
Cação	4.252	6,1	3.906	5,6	345	0,5
Corvina	3.114	4,4	2.317	3,3	797	1,1
Manjuba	1.315	1,9	987	1,4	329	0,5
Linguado	1.280	1,8	1.189	1,7	91	0,1
Outros	21.699	31,2	18.395	26,4	3.304	4,8
Total	69.786	100	59.456	85,2	10.329	14,8

Fonte : IBGE -1989

O quadro 4 apresenta a composição das capturas marítimas no Estado de São Paulo, onde apenas seis espécies compõe aproximadamente 70% das capturas.

Alguns dados, oriundos de outras fontes que não as Estatísticas da Pesca do IBGE, ajudam a contextualizar a atividade pesqueira paulista.

No Estado de São Paulo a cidade de Santos concentra os desembarques com 87,9% do total desembarcado no período de 1979 a 1988 segundo dados do Instituto de Pesca, seguido pelo porto de Ubatuba (4%), São Sebastião - que inclui também Caraguatatuba e Ilhabela (3%), Cananéia (2,8%) e Iguape (2,3%)(CPA-SMA s/data).

No ano de 1988, segundo diagnóstico realizado pela SUDEPE, 375 embarcações industriais operavam em São Paulo, sendo 184 camaroeiros, 92 sardinheiros e 99 aparelhados para peixes diversos (Diegues coord. 1992).

A pesca artesanal presente no litoral paulista apresenta um grau maior de capitalização quando comparada à de outros estados, sobretudo às do Norte e Nordeste do Brasil. O pescador artesanal paulista já se encontra em grande parte motorizado, com pequenas embarcações destinadas a captura de camarões, pequenas traineiras e botes e canoas a motor para a captura de peixes diversos.

Segundo o levantamento realizado por nós em 1993, das 114 embarcações existentes no município de São Sebastião - SP em 1993, 50% (57 embarcações) eram embarcações motorizadas entre botes, barcos, chatas de alumínio, bateras e canoas a motor (Assumpção e Cardoso, 1994).

Ainda neste município e de acordo com o levantamento já citado, 38 diferentes espécies de pescado eram explorados pela pesca artesanal, a partir de artes de pesca como o cerco flutuante, a pesca de arrasto, a pesca com diversos tipos de redes e a pesca a linha, demonstrando a grande flexibilidade e diversidade presentes na pesca artesanal.

1.4.AS DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PESCA

O estudo da questão pesqueira apresenta especificidades que o diferenciam da análise de uma realidade agrária ou urbana.

Trata-se de uma atividade extrativa, cujo ambiente de trabalho não é passível de apropriação privada e de um controle que permita imprimir uma racionalidade capitalista no conjunto de sua exploração. Breton e Estrada nos alertam para o fato de que "*... en lugar de haber logrado absorber el conjunto de los factores de la producción pesquera,*

el capitalismo hasta ahora ha influido sobre todo en el plano de la tecnologia, ha tenido que conformarse con un control y con una planificacion parciales a nivel de los otros dos elementos constitutivos de las fuerzas productivas, es decir los recursos haliéuticos como objeto de trabalho y los productores como fuerza de trabalho. " (Breton & Estrada, 1989).

Mesmo em pescarias de alto grau de incorporação de capital, permanece uma certa aleatoriedade na captura em virtude da dinâmica natural das espécies, e mesmo com as mais sofisticadas técnicas de localização dos cardumes o resultado das pescarias é imprevisível.

Ademais, o esforço de pesca sobre determinada espécie pode levar a sua sobre-exploração, impondo limites às capturas. Estas deixam de ser lucrativas, resultando no abandono de áreas de pesca pelas frotas industriais, que irão em busca de pesqueiros menos exauridos. Podemos então falar de limites naturais para o incremento das pescarias, mais presentes do que na atividade agrícola ou industrial.

Se no ato produtivo o capitalismo encontra alguns obstáculos à sua expansão, este lança mão de algumas estratégias para a sua reprodução. A adoção do sistema de partes como remuneração da força de trabalho é uma delas. Emprega-se as tripulações mediante o pagamento de cotas, de acordo com a produtividade das pescarias, como forma de socializar os riscos do empreendimento e fazer com que o sobretrabalho do pescador seja extraído com a sua própria anuência.

Também na subordinação da produção aos esquemas de comercialização verifica-se uma forte presença do capitalismo no setor. Esta comercialização pode ou não estar atrelada às indústrias de beneficiamento do pescado e é responsável por integrar o pescado dos lugares mais ermos aos circuitos nacional e internacional de mercadorias.

Neste sentido uma outra observação de Breton e Estrada (1989) é válida. Ao analisarem as pescarias de pequenos produtores subordinados pelo capital comercial, afirmam que "*...para el observador mal avisado, tales productores parecen estar dentro de un sistema en que el capitalismo no esta presente, cuando en realidade es el nucleo de su funcionamiento...*". A ilha da Vitória é um bom exemplo da pesca realizada por produtores subordinados pelo capital comercial e que foram tratados como isolados por alguns repórteres mal avisados (Cardoso, 1996).

Estas afirmativas parecem corroborar a hipótese de Martins, ao afirmar que "...o capitalismo na sua expansão, não só redefine antigas relações subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a essa reprodução..." (Martins, 1986).

No mundo da pesca observa-se ainda uma diversidade muito grande de situações que se aproximam das "*complexidades horizontal e vertical*" observadas por Lefebvre no estudo de realidades agrárias. "*Complexidade horizontal*" refere-se às diferenças e até antagonismos presentes em formações e estruturas agrárias de uma mesma época histórica ao passo que a "*complexidade vertical*" refere-se à coexistência de formações e estruturas agrárias de idades e épocas distintas (Lefebvre, 1978).

Do pescador lavrador que exerce a pesca no espaço contíguo à sua moradia, ao pescador oceânico empregado de uma empresa transnacional, passando pelo pescador artesanal ou pelo arrendatário de uma embarcação, verificam-se estas complexidades, por vezes presentes em uma mesma vila ou cidade pesqueira.

Uma tentativa de sistematizar a diversidade de situações presentes na realidade da pesca, é realizada por Diegues em seu estudo sobre o desenvolvimento e as contradições do setor pesqueiro.

Para este autor duas formas de organização da atividade pesqueira se enquadram dentro do conceito de pequena produção mercantil : a *produção dos pescadores-lavradores* e a *produção dos pescadores artesanais*. O objetivo de ambas é a produção de valores de troca, sendo os produtores proprietários dos meios de produção, utilizando tecnologias de baixo poder de predação, dominam o saber fazer e o processo de trabalho, empregam força de trabalho familiar ou do grupo de vizinhança e a apropriação do produto é regida pelo sistema de partilha (Diegues, 1983 e 1988).

A produção dos pescadores-lavradores enquadra-se dentro de uma base de atividades predominantemente agrícolas, sendo a pesca uma atividade complementar exercida com maior intensidade nos períodos de safra quando os peixes acostam.

Já a pesca artesanal, ainda que apresentando elementos comuns à produção dos pescadores-lavradores, traz algumas características diferenciadas já apontadas por Diegues (1983,1988): a mão de obra familiar nem sempre é a base da produção, empregando-se outras pessoas como camaradas; a pesca passa a ser a principal fonte de

renda e atividade exclusiva mais especializada e com maior diferenciação entre os proprietários dos meios de produção e os camaradas; a propriedade familiar vai dando lugar à propriedade individual dos instrumentos de trabalho; a pesca é exercida em ambientes mais distantes; os instrumentos de produção são mais sofisticados; e o processo de comercialização torna-se mais complexo com o aparecimento de firmas de compra e financiamento da produção .

No litoral norte paulista essas duas formas da pequena produção estão presentes. A pescaria dos pescadores- lavradores está presente nas ilhas e praias mais isoladas onde as terras de cultivo ainda não foram incorporadas pelo capital imobiliário. Em outros lugares no entanto a figura do pescador-lavrador caíçara vem dando lugar a um outro tipo de pescador que já não mescla mais a pesca com atividades agrárias e sim com atividades relacionadas com o mundo urbano e do turismo, tais como o pescador - caseiro, o pescador - marinho de embarcações de recreio, o pescador - dono de vendas, campings ou pousadas, entre outros.

A pesca artesanal se apresenta sob diversas formas, especialmente na pesca de rede, espinhel, cerco flutuante e nos arrastos de camarão, em embarcações a remo ou motorizadas, sendo exercida por pescadores exclusivos, muitos deles migrantes das áreas rurais dos municípios do litoral norte onde praticavam a agricultura e também por migrantes de outros estados, especialmente de Santa Catarina. A pesca é exercida de maneira individual no caso da pesca à linha, pequenas redes e espinhéis, até por turmas de seis pescadores nas despescas do cerco, com uma média de dois a quatro pescadores nas embarcações motorizadas destinadas à captura de camarões e peixes diversos.

Estas duas formas da pequena produção diferem da pesca empresarial capitalista, onde a propriedade dos meios de produção pertencem a armadores ou a empresas pesqueiras que empregam a tripulação mediante salário ou ganhos de produtividade. Este setor emprega tecnologias mais sofisticadas, embarcações de maior porte e maior autonomia de permanência no mar, destinando o pescado capturado em sua maioria às indústrias de processamento e beneficiamento.

Nas sessões anteriores vimos como se deu o desenvolvimento deste setor na evolução da pesca brasileira e o peso que a produção empresarial possui no litoral paulista. É importante frisar que, mesmo sendo este o setor hegemônico da pesca paulista,

a pequena produção pesqueira não foi aniquilada. Inclusive em municípios como São Sebastião observa-se um refluxo da pesca empresarial com o fechamento da CONFRIO que operou no município até os anos 80, e o abandono de cerca de uma dezena de embarcações de grande porte pertencentes a um armador local, observado por nós em 1993.

A reprodução da pequena produção pesqueira depende diretamente da sua relação com a natureza e da relação que estabelece com o capital industrial, comercial e imobiliário.

No interior da pequena produção pesqueira encontramos também contextos culturais específicos como o dos jangadeiros nordestinos, os caboclos e vargeiros amazônicos, os caiçaras e ilhéus que este estudo aborda, os açorianos do sul do país, cuja reprodução enquanto pequenos pescadores passa pela reprodução de seus modos de vida, de sua cultura.

Como modo de vida, entendemos o conjunto de atividades destes homens ou, como Marx e Engels "... *Trata-se já, isso sim de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimir a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são, coincide, portanto com a sua produção, com o que produzir e também com o como produzir...*" (Marx e Engels, 1984).

Ao **como** fazer e **o que** fazer, poderíamos acrescentar ainda as representações que os indivíduos constroem, indispensáveis para a mobilização dos meios materiais (Godelier, 1981).

É nas relações que se estabelecem entre estes modos de vida, que de maneira nenhuma são isolados, e os movimentos do capital, que devemos buscar as formas como está se dando a reprodução da pequena produção pesqueira.

No caso dos caiçaras e ilhéus do litoral norte paulista, o avanço do capital imobiliário pelo litoral tem desarticulado a antiga complementariedade pesca - agricultura e a reprodução do pescador-agricultor encontra-se ameaçada, e somente se realiza em algumas ilhas e nas pouquíssimas praias ainda livres da especulação imobiliária.

Enquanto para uns a perda das terras tem como destino a especialização na pesca, outros simplesmente abandonam a atividade e vão tornar-se assalariados nos centros urbanos, ou passam a viver de pequenos "bicos".

Este é um processo recente e que ainda está em andamento. A desarticulação da cultura caiçara fez com que a pesca e a agricultura desaparecessem de algumas praias, enquanto em outras estas atividades permanecem, até por força da legislação ambiental que apesar de proibir as roças caiçaras, preservou algumas áreas do avanço da especulação imobiliária.

A reprodução do pescador artesanal, muitas vezes um sujeito social já urbanizado passa por fatores como o mercado do pescado, a reposição de seus apetrechos de pesca, a concorrência com a frota industrial. Estes aspectos lançam o pescador artesanal nas mãos dos intermediários e atravessadores do pescado, que no litoral norte paulista envolve peixarias e peixeiros que comercializam o peixe no mercado local e mesmo regional, passando pelo CEAGESP de São Paulo.

Em uma atividade marcada por uma intensa apropriação da natureza, a reprodução da pequena produção na pesca passa também pelo aprendizado dos ciclos naturais e pela convivência diária com os processos que determinam a presença e a busca do peixe. Neste contexto, categorias como a *sorte* e o *azar* estão presentes como justificativas para a ascensão ou fracasso dos pescadores (Duarte, 1978).

Cada tipo de pescaria revela uma *especialização do mar*. O ambiente marinho, a distribuição e mobilidade das espécies, suas áreas de ocorrência, o grau de desenvolvimento tecnológico das embarcações e sua autonomia de permanência no mar, são responsáveis por uma divisão do espaço marinho em áreas de pesca exploradas por um certo tipo de pescaria. Na apropriação dos recursos o conflito se instala quando diferentes formas de pesca exploram o mesmo espaço marítimo e interferem diretamente na reprodução do pequeno pescador, que por suas características, possuem pouca mobilidade no mar. Verificam-se graves conflitos quando embarcações artesanais e industriais exploram o mesmo espaço marinho e mesmo quando diferentes artes de pesca artesanal utilizam o mesmo espaço.

Enfim, o estudo da reprodução da pequena produção pesqueira deve contemplar a sua relação com a natureza, as formas de reprodução do modo de vida dos pescadores e

as relações que se estabelecem com o capital, seja ele o capital comercial que subordina os pequenos produtores, seja o capital industrial que concorre pela apropriação da natureza, seja o capital imobiliário que tem nas vilas e povoados de pescadores do litoral brasileiro um campo aberto para sua expansão.

CAPÍTULO 2 - A QUESTÃO LITORÂNEA

2.1. A CONSTRUÇÃO DA PRAIA

Há muito a praia está associada ao lazer e a contemplação. No capitalismo moderno a disponibilidade de um tempo livre racionalizado sob a forma de férias, feriados e fins de semana, faz emergir o turismo como um dos ramos de atividade que vem tendo um crescimento constante.

Associado ao turismo, o capital imobiliário tem nas vilas e povoados costeiros um terreno fértil para a sua expansão e uma dinâmica de valorização dos lugares se estabelece a partir da "descoberta" de novos pontos turísticos, que em breve são apropriados pelo capital imobiliário. Este é um processo constante e a valorização do capital é maior quanto menos popular e mais restritivo é o trecho explorado.

As praias neste contexto são lugares ideais para a valorização do capital, incrementada a medida que as vias de acesso se estabelecem. Via de regra tem-se como primeiro processo a compra dos terrenos, que se tornam reserva de valor até que o Estado crie a infra-estrutura de transporte que viabiliza os loteamentos e a realização do capital. Uma vez loteado por particulares, é também o Estado que arca com os custos da urbanização (energia, água, asfalto, esgotos quando há).

O processo de apropriação do espaço litorâneo apresenta facetas contraditórias, que Madruga define como "*autofágicas*" (Madruga, 1992). Ao mesmo tempo que se cria o projeto turístico, cria-se também o germe de sua destruição com a degradação ambiental decorrente da implantação dos empreendimentos.

O avanço do capital imobiliário e turístico por sobre o litoral não acontece sobre um território vazio. No processo, avança por vilas e povoados costeiros com organização social distinta da encontrada nas cidades para onde os empreendimentos são destinados.

Ocorre então a desestruturação desta vida social, a partir da entrada de elementos até então ausentes do modo de vida das populações costeiras : loteamentos, cercamentos de áreas públicas, aterros, desmatamentos, privatização dos recursos naturais, proibição do acesso ao mar, expulsão dos moradores, grilagens, entre outros.

Um exemplo recente deste processo data de fevereiro de 1993, quando uma passagem de servidão localizada na praia de Barra do Sahy - São Sebastião, foi objeto de disputa judicial entre a comunidade moradora do Sahy e um proprietário de segunda residência. Os manifestantes, moradores da praia, em passeata pelo centro de São Sebastião portavam faixas com os seguintes dizeres - " Queremos nosso caminho, ele é centenário ", " Proprietário ganancioso quer fechar o caminho, terreno é da União ", " Sahy exige livre passagem para a comunidade ", entre outras.

Ao lado da implementação do empreendimento capitalista, trava-se uma verdadeira guerra ideológica, denegrindo a imagem do trabalhador do mar e do praiano. Estes são os "*vagabundos*" e "*bêbados*", responsáveis pela degradação ambiental e pela sujeira das praias. Acusações que encobrem o conflito entre tempos e concepções de mundo diferenciados, que se embatem no espaço em mudança.

Aos nativos resta-lhes incorporar-se ao processo de maneira marginal ou subserviente, quando não são forçados a migrar. São inúmeros os exemplos de praianos, caseiros e domésticas, trabalhando em casas de veraneio erguidas sobre suas terras ou de seus familiares. Alguns entretanto ao manter a posse das terras, mantém parte de sua autonomia.

A construção da praia, enquanto espaço do turismo e do capital imobiliário, é um processo que atinge todo o litoral brasileiro. No Estado de São Paulo na porção norte do litoral, data de pouco mais de três décadas e tem no conflito com as comunidades caiçaras uma de suas facetas. A outra é a do conflito com a natureza, afetando o frágil equilíbrio entre o mar, a mata e a Serra do Mar e seus ecossistemas associados.

2.2. O LITORAL NORTE PAULISTA : BREVES LINHAS

O Litoral Norte de São Paulo compreende os municípios de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba. Morfológicamente caracteriza-se pela proximidade

entre a linha da costa e as escarpas da Serra do Mar, gerando um litoral recortado e marcado pela presença de pequenas enseadas e baías entremeadas pelos esporões rochosos da Serra do Mar. Recobrimo a serra, tem-se a vegetação de Mata Atlântica e nas planícies costeiras os seus ecossistemas associados : mangues, restingas, brejos litorâneos, matas paludosas. A presença da Serra do Mar sobrepondo-se à linha da costa deu origem a inúmeras ilhas continentais, ao passo que fenômenos geológicos de intrusão magmática originaram as ilhas de Vitória, Búzios e Monte de Trigo mais distantes da costa, além da Ilha de São Sebastião.

Ao longo da história da região, encontramos uma alternância de momentos de dinamismo e de quase estagnação econômica. Assim foi que a região no século XVIII teve um período de dinamismo com a produção de açúcar e com a movimentação portuária da produção oriunda da própria região e do Vale do Paraíba, exportada pelos portos de Ubatuba e São Sebastião.

Este dinamismo foi freado em fins do século, quando o fechamento destes portos, em favor do porto de Santos provocou uma retração nas lavouras (Almeida,1959).

Já no início do século XIX observou-se novo dinamismo com a introdução dos cultivos de café no litoral e Vale do Paraíba, que perdurou até que o núcleo da produção cafeeira deslocou-se para as áreas centrais do estado e a integração do porto de Santos à rede ferroviária fez deste o principal escoadouro da produção paulista.

O século XX encontra a economia cafeeira desarticulada no litoral paulista, dando lugar à policultura caiçara que, em complementariedade com a pesca, passa a ocupar o espaço dos antigos cafezais. As roças de subsistência, os bananais e alguns engenhos de cana formam a paisagem agrícola do litoral, que já não apresenta o dinamismo portuário da época do café.

É o período em que o transporte passa a ser realizado pelas canoas de voga⁶, que estabelecem a ligação da região com Santos.

Com Santos também se estabelece o comércio de pescado que aos poucos passa a ter um mercado extra-regional e a pesca comercial é incrementada (França, 1954).

⁶ "...Canoas que chegavam a atingir a tão grandes proporções, principalmente nas costas de Santa Catarina e São Paulo, que neste último Estado podiam transportar até 14 pipas, num total de 480 litros...[] ... são também conhecidas por "canoas bordadas, diferindo das comuns por serem dotadas, de popa a proa, de um

Dentro deste quadro encontramos a figura do pescador - agricultor caiçara, que irá marcar a produção do espaço no litoral ao longo deste século, até que a atividade turística e imobiliária venha promover as transformações das últimas décadas.

Estas iniciam-se nos anos 30 com a vinda dos primeiros turistas à região, vai se incrementando com a melhoria das vias de acesso ao litoral e culminam com a abertura da BR-101 no trecho Rio - Santos em fins da década de 70 e meados dos anos 80. Na esteira da estrada grandes empresas de loteamento e de construção civil promoveram a transformação dos espaços caiçaras em condomínios turísticos, gerando a expulsão dessas populações de suas praias para os núcleos urbanos e atraindo grande contingente de migrantes de outras áreas do país.

Em meio a este processo, a cidade de São Sebastião passa a abrigar a única grande estrutura industrial da região - o Terminal Petrolífero - TEBAR, inaugurado em 1969 e, assim como as demais cidades, conhece um incremento urbano com a formação de bairros novos que passam a ocupar as áreas escarpadas da Serra do Mar.

Hoje encontramos ao longo do litoral Norte paulista um incremento turístico, com a construção de loteamentos de segunda residência, convivendo ao lado de um incremento urbano, com a chegada de migrantes para trabalhar na construção civil e no turismo, em detrimento do espaço caiçara caracterizado pela policultura e pela pesca. Nesta dinâmica, algumas áreas são mais atingidas que outras e enquanto em algumas praias não se encontram mais caiçaras, em outras ainda estão presentes as roças e as casas sem muros ou cercas.

2.3. O ESPAÇO CAIÇARA

Em meados deste século, o litoral paulista e em especial o litoral norte foi caracterizado como uma região estagnada com poucas ligações com o restante do Estado e bem atrasada frente aos avanços das frentes pioneiras pelo interior. A exceção era Santos, cuja condição de escoadouro da produção paulista promovia um dinamismo àquela cidade, não encontrado em outras áreas do litoral.

bordo sobressalente que lhes aumenta a capacidade, pela forma de seus remos e pelo fato de estes se encaixarem em cavidades especiais, existentes nos bordos para este fim..."(Mussolini, 1980).

Diante deste processo, Papy nos oferece a seguinte observação : "*... Em nenhum trecho, sem dúvida, o litoral e o planalto apresentam diferenças tão profundas na paisagem física e humana quanto no estado de São Paulo, o mais rico e poderoso de toda a Federação. Ligadas entre si por uma estrada, na montanha, tão bela quanto audaciosa, São Paulo, a grande cidade paulista e Santos, seu porto no Atlântico, permanecem estreitamente unidas por laços econômicos. Santos participa do progresso prodigioso do estado de São Paulo de que é a porta aberta para o mundo exterior, mas a cidade é mais do que uma ilha de civilização moderna em um litoral estreitamente compartimentado, pela montanha e a floresta, litoral esse que permaneceu à margem das grandes correntes povoadoras durante esse último século, enquanto se processava, para o interior, uma espantosa conquista pioneira...*" (Papy, 1957).

O declínio da produção cafeeira no litoral norte paulista, a partir do último quartel do século XIX, promoveu uma retração econômica na região, que abriu a possibilidade de uma nova forma de produção do espaço levada a cabo por uma forma particular do campesinato - o pescador - agricultor caíçara.

Praticantes da pesca e de uma pequena agricultura, as comunidades caíçaras ocupavam as áreas rurais dos municípios litorâneos, concentradas nas praias que ofereciam maior abrigo e mais dispersas naquelas consideradas mais bravas. À beira-mar situavam-se as moradias e os ranchos para a guarda dos apetrechos de pesca, ao passo que as roças situavam-se mais para o interior ao pé da serra ou nas vertentes íngremes da Serra do Mar - nos sertões.

Segundo Noffs : "*... A propriedade era constituída basicamente pela posse da terra, algumas precariamente tituladas em cartório, outras sem titulação alguma. Herança do regime de sesmarias e do abandono das antigas fazendas de café e de cana, os domínios de uma posse estendiam-se em faixas, desde a orla do mar até as vertentes da serra, o que tornava muito imprecisas as suas reais dimensões...*" (Noffs, 1988).

Na roça cultivavam o feijão, o milho, a mandioca, a batata, a abóbora, entre outros, para consumo e para as trocas. Na pesca, além de outras espécies, a tainha era esperada nos meses de inverno, e os cercos de tainha mobilizavam toda a comunidade. Os rendimentos da pesca da tainha forneciam os recursos para a compra de roupas, ferramentas e utensílios. (Carvalho, 1948).

Dispondo de poucos meios, a pesca praticada pelos pescadores caiçaras explorava um espaço restrito aos ecossistemas litorâneos e costeiros, onde as canoas a remo conseguiam atingir.

As plantações de cana de açúcar, que movimentavam os pequenos engenhos de aguardente, e os bananais, um deles situado às margens do Rio Juqueriquerê pertencente a uma companhia inglesa, completavam a paisagem rural do litoral norte paulista até meados deste século.

Da convivência com o mar, as roças e a Mata Atlântica, a população caiçara desenvolveu um amplo conhecimento dos elementos e processos naturais, em parte herdados da cultura indígena. Da mesma maneira, desenvolveu habilidades para lidar com o mar, os peixes, as madeiras e ervas da mata. Das práticas sociais e culturais, desenvolveu manifestações religiosas e profanas, representadas pelas rezas, ladainhas, folias, bailes e fandangos animados pela viola e pelo pandeiro, onde eram tocadas modas, serra-bailes, chamarritas, xibas e canoas. Os acontecimentos do cotidiano eram relatados em pasquins pelos tiradores de verso.

Por volta de 1920 chegavam os primeiros barcos de Santos que passaram a comprar a produção do pescado das praias e comunidades caiçaras, estabelecendo um comércio extra-regional e um preço para o pescado. O estabelecimento de um mercado para o peixe fez com que alguns portos pesqueiros passassem por transformações como a ocorrida com a comunidade do Sombrio, situada na Ilha de São Sebastião, que apresentou um crescimento populacional e o abandono da agricultura em prol da faina pesqueira (Mussolini, 1980).

Data deste período também a imigração japonesa, que se estabelecendo na região promoveu a introdução do cerco flutuante e o estabelecimento das salgas de pescado (Mussolini, 1980).

A comunicação com os centros urbanos era realizada por trilhas que acompanhavam as praias e pelas canoas de voga que faziam o comércio entre as praias e entre as cidades situadas no litoral norte. O depoimento de um morador de Juquey, praia da costa sul de São Sebastião, presente no vídeo "Depoimentos" produzido pelo Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma, refere-se àquele tempo, como um tempo em que a

viagem para a sede do município demorava três dias, "*... um para ir, um para fazer o negócio e outro para voltar...*".

Estes são alguns traços do espaço caiçara de meados deste século. Autores como Papy, França, Carvalho e Mussolini, já citados, o descreveram e analisaram com bastante detalhes. A estes somam-se, mais recentemente, Diegues (1973), Noffs (1988) e Calvente (1993), entre outros, que centram suas análises nas transformações que o litoral norte sofreu nas últimas décadas, em função dos processos de desenvolvimento urbano e turístico que irão remodelar a região.

2.4.URBANIZAÇÃO E TURISMO NO LITORAL NORTE PAULISTA

Assim descreve França os primórdios do turismo em Ilhabela : "*... Foi essa, sem dúvida, a última das funções manifestadas na região. Pode-se datar o seu início a partir da abertura da estrada de rodagem São Sebastião - São Paulo, em 1935. Como em outros trechos do litoral paulista, habitantes do planalto, principalmente da Capital, aparecem por ocasião de férias ou feriados para curtos períodos de repouso. Seu número não tem cessado de aumentar nos últimos anos, principalmente na área urbana de Ilhabela. Este pequeno povoado está conhecendo uma transformação importante com a construção de residências modernas, pertencentes a capitalistas do planalto. Por outro lado, durante curtos períodos dos meses de dezembro e janeiro, ou em julho, é comum a sua população de pouco mais de quatrocentos habitantes, ver-se acrescida por forasteiros em número equivalente ou mesmo superior. Seus 3 hotéis e as habitações do elemento local, que então costumam hospedar veranistas, superlotam-se. Até em abrigos provisórios ou barracas armadas na praia instalam-se os que procuram desfrutar de alguns dias de repouso, na bela estância. As casas comerciais auferem então os melhores lucros, não deixando de exagerar os preços...*" (França, 1954).

Presente desde meados dos anos trinta, a atividade turística teve um grande incremento a partir da década de sessenta. As ligações rodoviárias entre São José dos Campos - Caraguatatuba datada da década de trinta, Ubatuba - Caraguatatuba na década de cinquenta, Bertioga - São Sebastião na década de sessenta e mais recentemente a BR 101 no trecho Rio - Santos, promoveram o afluxo de turistas para o litoral norte,

acompanhados dos capitais do planalto, que somados aos capitais locais, formaram os primeiros loteamentos de veraneio.

Concomitantemente as cidades passam a sofrer um incremento urbano com a vinda de migrantes de fora da região e das praias e povoados mais isolados. Também os bairros praianos começam a se urbanizar com o estabelecimento de estruturas comerciais e segundas residências.

No Toque - Toque Pequeno, situado no município de São Sebastião, o estabelecimento da primeira casa de veraneio data do final dos anos cinqüenta. Esta mesma praia, na década de setenta, tem 80 % de sua área adquirida pela Empresa Albuquerque e Takaoka, que aí instala um condomínio de alto padrão presente até os dias de hoje (Noffs, 1988).

As terras, que muitas vezes não passavam de posses sem titulação, vão sendo compradas por preços irrisórios, quando não simplesmente griladas, e passam a ser medidas em metro quadrado, conforme os padrões urbanos e cotadas a preços altos, valorizadas pela beleza da paisagem e pelo desejo da segunda residência à beira - mar.

O processo de urbanização dos antigos espaços caiçaras é acompanhado por um movimento populacional de várias direções : a mudança espacial das moradias caiçaras da beira - mar para os sertões ; a migração das populações caiçaras para as cidades e ; a chegada de migrantes de outras áreas do país que se estabelecem na região, primordialmente no ramo da construção civil.

As cidades experimentam então o surgimento de bairros novos e o incremento dos bairros populares. Na segregação espacial presente no litoral, estes bairros passam a ocupar as vertentes escarpadas da Serra do Mar, em áreas de risco de desmoronamentos.

Aos caiçaras, privados de suas terras, o destino é a cidade ou os sertões , onde raramente mantém a atividade agrícola. Nas cidades alguns se especializam na pesca ou passam a viver de pequenos *bicos* ou algum serviço nas prefeituras locais. Outros incorporam-se aos serviços voltados ao turismo, como caseiros, domésticas e marinheiros de embarcações de recreio. Os que mantiveram suas posses tornaram-se pequenos comerciantes ou donos de pousadas e campings e podem ou não manter os trabalhos na pesca.

Esta dinâmica, embora fruto de um processo comum, assume feições variadas ao longo do litoral, de acordo com as especificidades de cada lugar. Enquanto algumas praias foram totalmente tomadas por loteamentos e condomínios de segunda residência, outras mantêm o núcleo caiçara original, já urbanizado onde funciona um pequeno comércio e serviços como a escola, o posto de saúde o correio, etc. As de mais difícil acesso ainda mantêm um padrão de ocupação típico do espaço caiçara, embora em alguns casos as terras já pertençam a algum empreendedor imobiliário e a agricultura já tenha sido abandonada em função da facilidade da obtenção de alimentos pela via mercantil.

Dentre estas últimas, as comunidades insulares são as que mantêm os padrões de ocupação caiçara ainda preservados. As ilhas Vitória, Búzios e Monte de Trigo, além das praias situadas na Ilha de São Sebastião em sua face voltada ao "*mar grosso*", ainda não interligadas por estradas, são localidades insulares que abrigam comunidades caiçaras que ainda não sofreram de forma tão violenta os impactos da especulação imobiliária que atingiu o continente.

Algumas destas comunidades, em especial as da Ilha de São Sebastião, já vêm sofrendo mudanças nos padrões de titulação das terras, cujas posses foram adquiridas por empreendedores que mantêm as praias como reserva de valor ao mesmo tempo que permitem a permanência das comunidades caiçaras, que acabam transformadas em guardiãs das terras de terceiros.

À problemática do desenvolvimento urbano e turístico do litoral, soma-se a problemática ambiental que ganha corpo nas últimas décadas. Além de toda uma legislação que busca compatibilizar o uso do espaço com a preservação dos ecossistemas, a questão ambiental no litoral norte traduz-se na criação dos Parques Estaduais da Serra do Mar e de Ilhabela, que são áreas reservadas à preservação dos ecossistemas.

Ocorre que muitas das áreas abrangidas pelos Parques fazem parte dos espaços utilizados pelas comunidades caiçaras para a feitura de suas roças, para a caça, para a extração de madeiras e fibras vegetais e mesmo para suas áreas de moradia. Estabelece-se desta forma uma outra fonte de conflitos para a reprodução do modo de vida caiçara, tão comprometida pelos processos já descritos. Conflitos entre caiçaras e as autoridades ambientais se repetem em todo o litoral e muitos dos problemas já foram discutidos em fóruns promovidos pelo Estado e por ONG's como o Projeto Cultural São Sebastião Tem

Alma⁷. Em contrapartida, a decretação destas áreas de Parque tem barrado o avanço dos processos de especulação imobiliária por sobre estes últimos redutos caiçaras.

Das comunidades insulares, Vitória, Búzios e grande parte da Ilha de São Sebastião têm seus territórios contidos no Parque Estadual da Ilhabela, ao passo que no continente o Parque Estadual da Serra do Mar acompanha a cota altimétrica de 100 metros e desce até a cota zero nas áreas da praia da Fazenda e Picinguaba, em Ubatuba.

É neste contexto, em que se mesclam a problemática do avanço da urbanização e da especulação imobiliária, a questão pesqueira, a questão da preservação ambiental e a reprodução dos modos de vida caiçara e ilhéu, que este trabalho pretende verticalizar a análise das comunidades da Ilha Vitória e do Monte de Trigo.

CAPÍTULO 3 – VITÓRIA E MONTE DE TRIGO : ASPECTOS FÍSICOS E JURÍDICOS.

3.1. ASPECTOS FÍSICOS

As ilhas Vitória e Monte de Trigo⁸ situam-se no litoral norte paulista. A primeira, na verdade um pequeno arquipélago formado pela Ilha Vitória, Ilha das Cabras e Ilha dos Pescadores na toponímia oficial (Vitória, Ilhote e Ilha Pequena, segundo os moradores da Vitória), localiza-se a uma distância de aproximadamente 38 quilômetros do continente, a leste da Ilha de São Sebastião e suas coordenadas geográficas correspondem a 23 45'S e 45 00'W Gr.

O arquipélago da Vitória pertence juridicamente ao município de Ilhabela e possui uma área de 247,5 hectares no total das 3 ilhas (221,3 ha - Vitória, 20 ha - Ilha Pequena e 6,2 ha - Ilhote) (Ângelo, 1989).

A Ilha do Monte de Trigo localiza-se a aproximadamente 10 quilômetros de distância da Praia de Barra do Una na costa sul de São Sebastião e juridicamente pertence

⁷ O Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma, vem desde 1990 realizando encontros periódicos onde são postos frente a frente caiçaras, ilhéus, pescadores, agricultores e extrativistas com as autoridades responsáveis pela elaboração e fiscalização da legislação ambiental. Nestes encontros afloram vários conflitos entre o uso que as populações fazem dos recursos e as proibições da lei.

⁸ Monte de Trigo e Montão de Trigo são formas usualmente empregadas para denominar a ilha e neste estudo usaremos a forma Monte de Trigo por ser a mais utilizada pelos moradores da ilha.

a este município. Suas coordenadas geográficas correspondem a 23 51'S e 45 46'W Gr e possui uma área de 130 hectares. (Ângelo,1989)

Nenhuma das duas ilhas possuem praias arenosas, sendo o entorno das ilhas formado por costões rochosos subverticais ou matacões, onde se localizam os portos de desembarque das canoas.

As ilhas Vitória e Monte de Trigo consistem em intrusões alcalinas de idade senoniana (Cretáceo Superior), com origens entre 90 e 65 milhões de anos. O surgimento destas ilhas remonta a eventos geológicos de magmatismo alcalino relacionados à abertura do Oceano Atlântico."...*Os corpos alcalinos são intrusivos em rochas pré cambrianas e as de maior volume suportam relevos destacados ...*" (IPT-1981), como é o caso das ilhas em questão que alcançam altitudes de 289 metros - Monte de Trigo e 224 metros - Vitória.

O Sudeste brasileiro apresenta vários pontos em que ocorreu este magmatismo e no quadro do litoral norte paulista as ilhas de Búzios e São Sebastião, além de Vitória e Monte de Trigo, são originadas deste processo. (Motoki - 1986)

No Monte de Trigo os foiaítos consistem na litologia predominante ocupando 88% da ilha, enquanto que os 12% restantes correspondem aos teralitos, rochas básicas muito escuras e que dão nome à porção insular conhecida como Ponta Negra. (Coutinho e Melcher - 1973)

Já no pequeno arquipélago da Vitória, Motoki identificou um corpo sienítico como litologia predominante composto por nefelina sienitos, pulaskitos e alcali sienitos. (Motoki - 1986)

A topografia destas ilhas é muito acidentada. Enquanto a Ilha do Monte de Trigo possui uma forma cônica com o pico mais alto situado em torno dos 289 metros , segundo a carta 1:50.000 do IBGE - Folha Salesópolis, a Ilha Vitória assume a forma de um oito imperfeito, com dois maciços circulares com picos situados em 224 e 184 metros de altitude, separados por um colo com baixas declividades e situado em torno dos 20 metros de altitude.

A drenagem é escassa ao longo das duas ilhas. Pequenas nascentes ocorrem nas médias vertentes, com baixa vazão e são captadas pelos moradores para o abastecimento das moradias.

Na Ilha do Monte de Trigo, a captação se faz em uma nascente e através de caixas d'água é armazenada, para ser distribuída através de mangueiras para as moradias. Já na Ilha Vitória, a água potável brota de pequenas nascentes e é armazenada em tambores de plástico e caixas d'água, sendo transportada por galões e baldes para as moradias que situam-se acima das nascentes. A água para lavagem é obtida em poços abertos em um pequeno vale situado no maciço norte da ilha, ou de nascentes que não são adequadas para o consumo.

A questão da água torna-se um problema para os ilhéus à medida que nos períodos de estiagem as nascentes diminuem o fluxo de água, chegando algumas delas a secar, em especial na Ilha Vitória, onde os moradores são obrigados a buscar água em locais cada vez mais distantes das moradias e a falta de água acentua os conflitos dentro da comunidade.

Os solos das ilhas são aparentemente rasos e recobertos de matações e deram lugar ao desenvolvimento de um sistema de cultivo de roças, abandonado no Monte de Trigo e presente ainda hoje na Vitória.

Para a Ilha Vitória verifica-se um fato curioso : as roças abertas se prestam ao cultivo por mais de dez anos segundo os moradores, contrariando o sistema de roça itinerante presente em outras localidades do litoral. Este fato pode advir de uma boa fertilidade dos solos, que sustentam ao longo dos anos uma pequena produção agrícola, apesar das altas declividades em que as roças se instalam.

Em 1902, Euclides da Cunha tecia alguns comentários em relação aos solos de Vitória : "*... A sua côr escura tão contraposta à vermelha dos solos graníticos, provém de uma circunstância favorável : a mistura longamente acumulada dos detritos vegetais em terreno insulado e há muito inculto e que tudo indica ser de fertilidade rara ... []... Ora, se considerarmos que ali se averbam vegetais ocasionalmente encontrados, seguindo rumo prefixo e sem preocupação essencial de observarmos a flora, conviremos que ela é farta de gêneros e famílias utilíssimas.*

Ainda quando, porém, não bastasse êste quadro para atestar a fecundidade da terra, revela-la-iam as pequenas e mal cuidadas culturas que lá existem.

Reduzem-se a diminutas plantações de feijão, mandioca e cana. Os resultados dessas roças maltratadas, entretanto, equiparam-se aos das melhores terras..." (Cunha, 1944).

A cobertura vegetal presente nas ilhas Vitória e Monte de Trigo é a Mata Atlântica, formações vegetais associadas aos costões rochosos e que desenvolveram mecanismos de adaptação à presença da salinidade oceânica e campos de gramíneas e samambaias.

A Mata Atlântica encontra-se em níveis variados de preservação e regeneração de acordo com o uso que as comunidades fizeram dos recursos florestais. Nas faces não habitadas das ilhas, em especial nas voltadas para o Sul, encontram-se as manchas mais preservadas da Mata Atlântica, ao passo que na proximidade dos povoados, que ocupam a face Norte das ilhas⁹, ocorre a extração mais intensa de madeira para lenha, construção de casas e utensílios como remos e cabo de ferramentas.

Quanto à distribuição das formações vegetais, as ilhas Vitória e Monte de Trigo diferem bastante. O abandono das roças no Monte de Trigo deu lugar a áreas de regeneração da mata, com capoeiras bem desenvolvidas ou a expansão de campos de gramíneas, em especial na localidade chamada de Ponta Negra onde eram realizados os cultivos de mandioca, cana, batata, feijão, entre outros. Nesta ilha o entorno das moradias apresenta inúmeras fruteiras, formando uma espécie de "*floresta-pomar*", que protege os solos e fornece um bom sombreamento para as casas e caminhos.

Já na ilha Vitória as roças ainda presentes e os campos de gramíneas junto às moradias não possibilitam o sombreamento das casas e caminhos e as manchas florestais encontram-se mais distantes do povoado. Além do mais, a introdução da *Taquara Japonesa* e sua expansão nas áreas próximas ao povoado geram uma fisionomia própria da ilha, consistindo em grandes taquarais.

A fauna insular é composta basicamente por aves, répteis, insetos e anfíbios, sendo poucas as espécies de mamíferos que atravessaram a barreira formada pelo oceano. Destes últimos, Varjabedian através das informações fornecidas pelos moradores do Monte de Trigo, constatou a presença do ratinho do mato, morcego, gambá, quati, além

⁹ A ocupação da face Norte pelos ilhéus pode ser explicada em virtude do maior abrigo dos portos situados nesta porção, uma vez que o "mar grosso", via de regra é representado pelas marés de Sul.

da cotia trazido do continente e criada em cativeiro (Varjabedian - 1996). Cabra, cachorros, gatos e os ratos completam o quadro dos mamíferos presentes no Monte de Trigo. Estes últimos foram introduzidos na ilha, segundo os moradores, durante a construção do prédio escolar em 1986 e hoje encontram-se disseminados por toda a ilha e foram ,em parte, responsáveis pelo abandono dos cultivos.

Para a Ilha Vitória, o mesmo autor cita a presença do ratinho do mato e do morcego, como os únicos mamíferos presentes na ilha, além dos cães e gatos criados pelos moradores.

Quanto aos répteis, não se encontram na ilha do Monte de Trigo as cobras venenosas que ocorrem na ilha Vitória como jararacas, urutus e corais. É possível que entre este grupo ocorra algum endemismo como o verificado entre as cobras das Ilhas Queimada.

Das aves presentes na ilha Vitória, a saracura é a de maior porte, inexistindo macucos, jacus, nhambus e outras espécies da Mata Atlântica presente no continente e mesmo na Ilha de São Sebastião.

Tanto em Vitória e Monte de Trigo, como na ilha de Búzios, é comum entre os moradores o depoimento de que não há caça nas ilhas, sendo que somente enquanto brincadeira de criança que a caça é praticada.

O clima nas ilhas é quente e úmido conforme o clima presente no litoral norte paulista. As frentes frias atingem as ilhas com maior frequência nos meses de inverno e de acordo com sua intensidade o mar "*engrossa*", impedindo o desembarque nas costeiras rochosas das ilhas. Na ilha Vitória, quando o mar "*engrossa*" de Sul, os desembarques são realizados no pequeno canal que separa a ilha Vitória da Ilha Pequena, ao passo que quando entram as marés de leste, o desembarque é realizado fora do boqueirão que separa as duas ilhas, no local denominado Mané Lourenço. Na ilha do Monte de Trigo esta opção de desembarque não existe, uma vez que o porto de desembarque é um só.

Uma questão de certa forma polêmica diz respeito às precipitações que ocorrem nas ilhas. Pela falta de estações pluviométricas, fica impossível saber se chove nas ilhas mais ou menos do que chove no continente. No entanto, a escassez de água relacionada a períodos longos de estiagem ou de chuva fina, verificada em especial na ilha Vitória, nos faz supor que as chuvas nas ilhas ocorrem em menor quantidade do que no litoral, que

ainda tem em sua configuração geomorfológica a presença da escarpa da Serra do Mar, responsável pela concentração de umidade e por precipitações de origem orográfica.

3.2. OS DIPLOMAS LEGAIS DE PRESERVAÇÃO

A legislação ambiental incidente nas ilhas do litoral paulista constitui-se de diversos diplomas legais. Sobre o Monte de Trigo, incidem a Constituição da República, a Constituição do Estado de São Paulo, as normas de Tombamento do CONDEPHAAT, o Código Florestal e o Decreto no. 750, de 1993, que dispõe sobre a proteção da Mata Atlântica (Varjabedian - 1996). Para a Ilha Vitória, além destas, incide ainda a legislação dos Parques Estaduais Paulistas, uma vez que o decreto de criação do Parque Estadual da Ilhabela, embutiu no território do Parque a totalidade das ilhas Vitória e Búzios.

A Constituição Federal considera a Mata Atlântica e a Zona Costeira como patrimônios nacionais, cujo uso "*... far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente...*" (Constituição Federal - artigo 225).

A Constituição Estadual determina que a Mata Atlântica, a Zona Costeira e a Serra do Mar, entre outros "*...são espaços territoriais especialmente protegidos e sua utilização far-se-á na forma da lei, dependendo de prévia autorização e dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente...*" (Constituição do Estado de São Paulo - artigo 196).

Já as diretrizes do Tombamento da Serra do Mar do CONDEPHAAT, resguardam as comunidades insulares, uma vez que determinam que "*... a ocupação e a atividade caiçara tradicionais são permitidas em todos os tipos de ilhas apenas nas áreas e na forma em que historicamente ocorrem...*" (CONDEPHAAT - 1985).

O Decreto 750/93, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão da vegetação de Mata Atlântica, apesar de permitir a exploração da vegetação por parte das "*populações tradicionais*", submete este uso à autorização do órgão estadual competente.

O Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas é o mais restritivo, não permitindo a utilização dos recursos vegetais e nem a permanência das populações nas áreas de parque, a não ser que estejam ligadas à atividade científica ou ao manejo dos parques.

Estas medidas, embora de grande valor na preservação do patrimônio ecológico, acabam por interferir diretamente no modo de vida das populações de ilhéus caiçaras, especialmente em Vitória que pertence ao Parque Estadual da Ilhabela.

Torna-se inconcebível do ponto de vista dos ilhéus, por exemplo, que um morador do Monte de Trigo deva dirigir-se à Polícia Florestal ou ao DEPRN - Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais, toda vez que necessite de um feixe de lenha para cozinhar seu feijão ou assar seu peixe.

Para Vitória a questão é mais complicada. A rigor e pela forma da lei, os ilhéus deveriam sair da ilha, o que também é inconcebível. Talvez não se tenha realizado nenhuma gestão neste sentido porque o Parque Estadual da Ilhabela ainda não se encontra efetivamente implantado e também porque uma certa parcela do corpo técnico responsável pela política dos parques é sensível à questão da permanência dos moradores. No entanto nada garante que este quadro não se reverta, como em outras áreas em que os moradores foram desapropriados para a implantação dos parques.

Ainda assim, na Ilha Vitória já ocorreu a presença da Polícia Florestal, reprimindo um morador que ateou fogo para a abertura de uma roça.

Uma outra questão relacionada à legislação ambiental e ao modo de vida das comunidades caiçaras diz respeito à proibição da feitura de canoas. A canoa é uma das poucas embarcações que se prestam ao desembarque nas ilhas e eram feitas na própria ilha ou adquiridas no continente de canoeiros profissionais. Com a proibição do corte de madeira para a feitura de canoas, os canoeiros da costa vivem na clandestinidade e à medida que nas ilhas torna-se cada vez mais difícil encontrar um tronco adequado para a feitura de canoa e as canoas antigas vão apodrecendo, este meio de transporte indispensável vai tornando-se cada vez mais raro.

Uma estratégia criada pelo Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma, sediado em São Sebastião, tem conseguido produzir canoas a partir de um acordo com a Polícia Florestal, porém não supre as necessidades dos ilhéus e pescadores de todo o litoral norte paulista.

A par de toda esta problemática, a incidência destas legislações restritivas acaba por, contraditoriamente, defender estas comunidades da ação dos especuladores imobiliários e já ocorreu na Ilha Vitória o embargo de uma construção de turistas no ano

de 1995. Neste sentido a ilha do Monte de Trigo encontra-se mais desguarnecida e a implantação de uma *Reserva Extrativista* junto a esta comunidade possibilitaria o uso dos recursos naturais por parte dos moradores da ilha, ao mesmo tempo que impediria a ação da especulação imobiliária que já deu suas estocadas na ilha.

Uma outra questão com relação a estes diplomas legais de preservação, é que eles atuam somente sobre a parte emersa das ilhas, estando as águas ao seu redor desguarnecidas de qualquer proteção. Ocorre que estas águas já são objeto de conflitos na disputa dos recursos pesqueiros entre os ilhéus e os mergulhadores esportivos ou entre os ilhéus e os pescadores de grandes embarcações. Uma figura jurídica que garantisse o uso dos recursos aquáticos do entorno das ilhas para os ilhéus, como uma *Reserva Extrativista Marinha*, conforme a existente na Ilha de Santa Catarina na Costeira de Pirajubaé, minimizaria estes conflitos em favor da pesca e recentemente da maricultura exercidas pelos ilhéus.

CAPÍTULO 4 - HIPÓTESES DO POVOAMENTO E A QUESTÃO DAS TERRAS

4.1.O POVOAMENTO

Duas mulheres de lá com dois homens de cá, dois irmãos com duas irmãs. Assim teria iniciado o povoamento da ilha do Monte de Trigo segundo alguns de seus moradores. A união de dois irmãos da ilha com duas irmãs de fora da ilha, reflete na verdade uma situação presente hoje na ilha entre seus moradores mais idosos, onde duas irmãs originárias de Juquey casaram-se cada uma com um irmão residentes na ilha.. Talvez na ausência da história da ilha esta versão tenha se disseminado.

Um dos moradores, entretanto, guarda uma outra versão baseada em acontecimentos aparentemente mais factíveis.

Segundo o Sr. Manuel Pedro de Oliveira, foram três os pioneiros que chegaram na ilha : Antonio Pantaleão, Manuel e João, que aforaram a ilha junto a Igreja do Carmo e ergueram uma grande construção com a data de 1777 no local hoje chamado de Sítio de Lá e que não é mais habitado.

Antonio Pantaleão e Manuel possivelmente vieram da Ilha das Couves e João era originário do Camburi. É interessante que a Ilha das Couves é citada também como o local de origem do pioneiro da Ilha Vitória que é conhecido como Pedro das Couves.

Segundo o Sr. Manuel Costa, o morador mais antigo da Ilha Vitória, foi Pedro das Couves e Furtado os primeiros a se estabelecerem na Vitória. As datas neste caso não são precisadas, mas trata-se no mínimo de quatro gerações anteriores a do Sr. Manuel Costa que hoje encontra-se com aproximadamente 75 anos.

Referências à ocupações anteriores são apontadas pelos moradores das ilhas, em especial no Monte de Trigo onde os moradores afirmam que existem tocas onde foram encontrados utensílios como panelas e arpões de barro do tempo do “gentil”. Já na Vitória um provável Sambaqui situado em suas partes mais altas pode apontar para a existência de um povoamento ou mesmo uma permanência temporária de grupos humanos na ilha em data anterior a chegada de Pedro das Couves e de Furtado.

As referências bibliográficas são escassas e para a Ilha Vitória, Euclides da Cunha em 1902 aponta para a existência de um povoado com 35 habitantes oriundos da vizinha Ilha de Búzios (Cunha,1940). Este mesmo autor refere-se ao uso que se fazia das ilhas Vitória e Búzios como pontos avançados de vigias para burlar a repressão ao tráfico negreiro, que teve em praias da Ilha de São Sebastião locais de desembarque clandestino de escravos.

Seja qual for a origem do povoamento das ilhas, o fato é que trata-se de um povoamento de mais de dois séculos na Ilha do Monte de Trigo e de pelo menos 150 anos para a Ilha Vitória e as condições de piscosidade das ilhas aliadas a possibilidade de abertura de áreas de cultivo agrícola foram fatores que propiciaram a fixação das famílias e o crescimento da população dos ilhéus.

Ao longo deste século no entanto, a dinâmica populacional das ilhas foi modificada. O Monte de Trigo, segundo seus moradores, chegou a ter em meados deste século cerca de 200 moradores, pescadores e agricultores que estabeleciam com Santos, Bertioga e com as praias adjacentes um comércio de peixe salgado, café, batata, abóbora, melado entre outras mercadorias produzidas na ilha.

Esta população passou por um processo de emigração dirigindo-se para Santos, Ilhabela, Ilha dos Búzios e principalmente para a Prainha Branca de Bertioga, onde em

1978 foram identificados 33 moradores originários do Monte de Trigo (Tulik,1979). Hoje a ilha conta com uma população de 55 moradores.

A Ilha Vitória que no início do século abrigava 35 pessoas, teve um incremento populacional chegando a abrigar 22 famílias em meados do século, segundo seus moradores. Na Vitória também ocorreu um processo de emigração com direção a Ilha dos Búzios, Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba e Caraguatatuba. O Saco do Leste que chegou a abrigar uma escola e oito famílias hoje é desabitado e os 44 moradores atuais de Vitória concentram-se na porção Norte da ilha.

Para os migrantes de Vitória uma representação interessante é construída pelos atuais moradores : quem sai da ilha morre logo. Assim foi com pelo menos metade dos que saíram da ilha segundo um morador atual da Vitória.

4.2. A POPULAÇÃO ATUAL E OS NOVOS DESLOCAMENTOS

A Ilha Vitória conta hoje com uma população de 44 moradores sendo 18 mulheres e 26 homens. Das 18 mulheres, 4 são crianças de até 7 anos, 2 são adolescentes na faixa dos 15-16 anos e as demais são casadas, sendo que a mais idosa é viuva. Entre os homens, 4 são crianças de até 7 anos, 8 são jovens entre 15 e 20 anos e entre os adultos 1 é solteiro, 2 são viúvos e os 11 restantes casados.

Os casamentos ocorrem entre os ilhéus e entre estes e os habitantes da costa. É comum os homens buscarem suas companheiras em outras praias e no período desta pesquisa presenciamos dois casamentos realizados entre moradores da Vitória e mulheres residentes na Praia de Jabaquara situada na Ilha de São Sebastião.

Na Vitória é comum o deslocamento da população e ao longo destes últimos seis anos presenciamos a saída de duas famílias para Ubatuba, a chegada e a saída de uma família originária da Praia das Caveiras e um movimento pendular de outras duas famílias, uma delas dividindo o tempo entre Vitória e Ubatuba e outra entre Vitória e Ilhabela.

Já os 55 habitantes do Monte de Trigo distribuem-se de forma mais heterogênea conforme demonstra a pirâmide etária a seguir.

Da análise desta pirâmide chega-se a conclusão de que há um excedente de homens na faixa dos 20 - 30 anos e a ausência de mulheres desta idade na ilha faz com que a busca das companheiras para a reprodução da família deva ser realizada fora da ilha.

No Monte de Trigo também acompanhamos o deslocamento de sua população e o movimento de uma família dirigindo-se para a Prainha Branca e retornando ao Monte e a saída temporária de alguns jovens em busca de trabalho em Ubatuba e na cidade de Pereiras no interior de São Paulo.

A saída da ilha reflete uma busca de maiores oportunidades de trabalho e uma maior proximidade com os serviços de saúde e educação. A busca de companheiras para o casamento e o embarque nas fainas de pesca também são motivos para a saída.

A idealização de um passado de abundância e a constatação de que no presente a situação piorou, em especial nos depoimentos dos moradores do Monte de Trigo é uma força que tem levado os monteiros a desejarem sair da ilha, principalmente os solteiros que não vêm perspectivas de casamento se não forem em busca de suas companheiras.

4.3. A QUESTÃO DA PROPRIEDADE

“A ilha é minha, é sua é de nós que morava aqui, num tá bem ? Porque Deus fez a ilha né, agora mora que nem essa aqui, é nossa, moro desde criança aqui ...”(Sr. Manuel - Ilha Vitória)

“Isso aqui é nosso mesmo. A ilha é da Marinha, mas a ilha é nossa. É da Marinha porque a Marinha toma toda providência de todas ilhas. Mas a ilha é nossa pela era que nós morava aqui ...”(Sr. Manuel - Monte de Trigo)

A ilha é de quem mora nela. Esta é uma constatação geral entre os ilhéus de Vitória e Monte de Trigo a mercê de qualquer papel que defina a propriedade. Em nenhuma das duas ilhas os ilhéus tem o aforamento - figura jurídica que determina quem tem a concessão de uso das ilhas cedida pela União.

No caso do Monte de Trigo o aforamento existia mas “veio um cara aqui engamelou e pegou os papéis...” e na Vitória “aqui ninguém tem mais, só quem tinha era meu pai e o falecido Alfredo...”.

Embora inexistentem os papéis que garantam a ilha para os ilhéus, estes têm a certeza de que ninguém os perturbará, uma vez que a Marinha “que toma conta das ilhas” reconhece a existência destas comunidades e intervém a seu favor como já ocorreu na Ilha Vitória, quando da construção, por parte de um particular, de um pier de atracação localizado na Ilha Pequena e que foi destruído pela Marinha.

Ademais, para o caso da Ilha Vitória, a sua inserção no Parque Estadual da Ilhabela impede a ocorrência de invasões de pessoas de fora.

O sistema de propriedade das ilhas é bastante singular. Cada família possui a casa e o terreiro em torno dela. Essas posses são reconhecidas pela comunidade e além delas os ilhéus têm a propriedade sobre as plantas, em especial sobre as fruteiras. No Monte de Trigo, por exemplo, os coqueiros são objetos de compra e venda entre os ilhéus.

Tirante a casa, o terreiro e as plantas, o restante da ilha é um território comum e aberto para o uso da comunidade. Na Ilha Vitória, onde ainda se pratica a agricultura, as roças são abertas em áreas comuns e quem as abriu adquire o direito de usufruí-la. As matas também são de uso comum e nelas são extraídas madeiras e fibras vegetais para diversas finalidades.

Os portos também são posses individuais e familiares. Cada homem tem seu porto onde puxa sua canoa e guarda seus apetrechos de pesca e esta posse é respeitada pela comunidade.

Embora as nascentes de água são bens comuns da comunidade, cada família ou conjunto de famílias se utiliza daquela mais próxima a sua moradia.

Estas características situam as ilhas entre as poucas comunidades brasileiras e no Litoral Norte paulista nas únicas aonde a privatização das terras ainda não predominou na organização de seu espaço. Como um sistema onde predomina o uso comum dos recursos é importante a sua preservação frente aos processos de especulação imobiliária. É importante ainda que a propriedade estatal, oriunda da inserção da Ilha Vitória no Parque Estadual da Ilhabela, não venha desarticular o sistema de uso comum presente nesta ilha.

CAPÍTULO 5 - O USO DOS RECURSOS NATURAIS

O mar, a mata e as roças. O uso dos recursos naturais nas ilhas pode ser dividido nestas três modalidades e garantem a produção e reprodução da vida dos ilhéus. A exploração de ambientes diversificados é uma das características do modo de vida caiçara que tem nas ilhas os seus últimos remanescentes uma vez que a pressão imobiliária e a repressão ambiental no continente tem impedido a reprodução deste modo de vida.

Mesmo nas ilhas, ocorreram mudanças nas modalidades de uso dos recursos naturais devido a fatores internos de cada comunidade e fatores externos a elas. No Monte de Trigo, por exemplo, a introdução de ratos culminou com o abandono dos cultivos, enquanto que na Ilha Vitória e principalmente na vizinha Ilha de Búzios a fiscalização da polícia florestal tem transformado as práticas agrícolas tradicionais, como o uso do fogo e tem impedido o aproveitamento dos recursos florestais para a confecção de utensílios e peças de artesanato. Experiências recentes de cultivos de mexilhões nas ilhas de Búzios e Monte de Trigo podem também alterar as modalidades de uso dos recursos naturais nas ilhas.

A seguir detalharemos cada uma das três modalidades tradicionais de uso dos recursos naturais por parte dos ilhéus.

5.1. A PEQUENA PRODUÇÃO PESQUEIRA INSULAR

A pesca nas ilhas pode ser dividida em cinco modalidades : pesca de rede, pesca de linha, pesca de zangarelho, pesca de espinhel e pesca de cerco flutuante, sendo que esta última armadilha está presente apenas na Ilha Vitória.

A pesca de rede pode ser subdividida em três modalidades : rede de fundo, rede de cerco e rede boiada (mejoada ou boieira). Na rede de fundo captura-se espécies como corvinas, cações, pescadas, entre outras, enquanto que a rede de cerco é empregada para cercar a tainha e a rede boiada é utilizada para a captura de enchovas, sardas, sororocas, tainhas, guaiviras, palombetas, entre outras.

As redes de fundo e boiada são redes de espera, lançadas na água em um dia para serem visitadas e recolhidas no dia seguinte. Já a rede de cerco é utilizada quando os cardumes de tainha encostam nas ilhas e o cerco da tainha é realizado por duas canoas que envolvem o cardume com a rede. A rede boiada é também empregada para a captura de bonitos e panaguaiús que são utilizados como iscas para a pesca de linha.

As redes são lançadas individualmente, por duplas ou trios e são transportadas nas canoas a remo para o entorno das ilhas onde é realizada a pescaria. Na Ilha Vitória empregam-se as canoas a motor ou a embarcação motorizada para lançar a rede “por fora da ilha”, em uma distância de até uma hora de barco afastando-se da ilha em mar aberto. Neste processo emprega-se um sistema de marcação para localizar as redes, utilizando-se de pontos de referência como as pontas mais salientes das ilhas.

A pesca de linha é uma pescaria individual e consiste de duas modalidades : pesca de linha parada e pesca de curricó. Na pesca de linha parada as canoas fundeiam em um ponto geralmente próximos aos parcéis e os pescadores lançam a linha na água em busca de peixes de pedra como garoupas, caranhas, chernes, meros, entre outros ou de espécies como as bicudas. Na pesca de curricó as canoas ficam em movimento e a linha corre na popa da canoa capturando enchovas e bicudas. Nesta modalidade emprega-se iscas artificiais como a lambreta, já tradicional ou iscas mais modernas.

O zangarelho é um apetrecho de pesca destinado a captura de lulas e as pescarias se realizam de forma individual ou em duplas a partir de canoas a remo.

O espinhel é um instrumento de captura constituído de um cabo no qual são amarrados vários anzóis. Existem espinhéis de 100, 300, 700 e mais anzóis sendo que os presentes nas ilhas são de pequeno porte. Isca-se os anzóis e vai largando o espinhel que fica na água durante um período até ser recolhido. Nesta modalidade captura-se cações e peixes de pedra como garoupas e chernes.

O cerco flutuante é uma armadilha fixa de pesca que consiste de duas partes: o caminho e o cerco. O caminho é formado por uma rede que se estende de um ponto na costeira até a boca do cerco. O cerco é um grande saco de rede que possui uma entrada (boca) ligada ao caminho. Os peixes de passagem deparam-se com o caminho e se dirigem até a boca, entrando no cerco e ficando presos. Pesca-se várias espécies de peixes pelágicos, dentre eles bonitos, sororocas, bicudas, xareletes, galo, espada, olhetes, etc.

Para a despesa do cerco, cinco pescadores em duas canoas fecham a boca do cerco e vão recolhendo a rede e retirando os peixes.

É uma armadilha de pesca de origem japonesa, introduzida no litoral norte por japoneses durante a década de 1920 (Mussolini, 1980) e consiste no aparelho de pesca de maior investimento de capital presente nas ilhas.

O cerco da Ilha Vitória foi introduzido por um peixeiro do Bairro do Porto Novo de Caraguatatuba, que dominava o comércio de pescado de uma turma de pesca vitoreira. Com o falecimento deste peixeiro em 1994, o cerco ficou desativado até ser adquirido pelo Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma em 1995, que repassou para um pescador de Vitória.

A posse dos apetrechos de pesca nas ilhas pode ser individual ou por grupo familiar. As linhadas, pequenas redes e pequenas canoas são propriedades individuais, enquanto que os apetrechos de pesca maiores como grandes panagens de rede e canoas a motor são de propriedade familiar ou das sociedades entre pescadores que se formam para a faina pesqueira.

A aquisição destes meios de produção de maior investimento de capital, no entanto, é sempre realizada com a ajuda de terceiros. No Monte de Trigo, das quatro embarcações a motor presentes na ilha (duas canoas com motor de centro, um bote motorizado e uma chata de alumínio com motor de popa), apenas a chata de alumínio e uma canoa a motor são de propriedade dos monteiros, sendo que a outra canoa a motor foi adquirida por este que escreve, financiando-a para um pescador do Monte e o bote é de propriedade de um coreano residente em São Paulo que deixa um pescador monteiro como encarregado da embarcação.

Mesmo a canoa a motor de propriedade dos monteiros foi adquirida com a ajuda de um conhecido não residente na ilha e os recursos para uma recente troca de motor foram obtidos mediante empréstimos de terceiros.

Na ilha Vitória, além do cerco financiado por uma ONG local, o barco existente foi adquirido a partir de um empréstimo fornecido por um conhecido e das três canoas a motor presentes na ilha uma pertence a uma sociedade de pescadores, que a adquiriram a partir do ajuste de contas com o filho do peixeiro do Porto Novo falecido e as outras duas tiveram a reforma de seus motores realizada por um dono de marina de Caraguatatuba.

Estas histórias revelam o baixo poder de capitalização dos pescadores ilhéus e as estratégias que eles empregam para sua reprodução, lançando mão do compadrio e da amizade com pessoas de fora a quem podem recorrer no caso de alguma necessidade.

E o baixo poder de capitalização dos ilhéus, advém da grande exploração a que estão submetidos na comercialização do pescado. O peixe produzido nas ilhas é vendido de forma diferenciada quando comparamos as ilhas Vitória e Monte de Trigo.

Os pescadores de Vitória, apesar de mais distantes da costa, estão mais ligados ao capital comercial representado pelos peixeiros do litoral norte. O peixe de Vitória passa por um processo de intermediação na própria ilha, quando o pescado produzido pelos que não tem embarcação com capacidade de realizar a travessia até a costa é vendido para os que possuem embarcações e estes cobram 50% do preço obtido na venda. Assim, se o peixe vendido em Ubatuba atinge R\$ 3,00 o quilo, R\$ 1,50 fica com o dono da embarcação e R\$ 1,50 vai para o pescador.

Das peixarias do litoral norte, o peixe, quando não vendido para consumidores locais, percorre um longo caminho até chegar ao consumidor final, passando pelo frete, pelo atacadista do Ceagesp e pelo feirante da capital, por exemplo. Este processo de intermediação que reduz o preço pago ao pescador e aumenta o preço pago pelo consumidor, torna-se quase que intocável, a medida que não são criadas estratégias alternativas de comercialização e a perecibilidade do produto, aliada a falta de condições de armazenamento do pescado por parte dos ilhéus, faz com que o pescador tenha necessidade de se livrar rapidamente de seu produto, sob o risco de perde-lo.

Já os ilhéus do Monte de Trigo possuem outros métodos de comercializar sua produção. A proximidade da costa faz com que as viagens sejam mais periódicas e nestas vindas a costa os pescadores comercializam seu pescado com pequenas peixarias locais ou diretamente com hotéis, restaurantes e nas residências. O afluxo de turistas nas épocas de veraneio aumenta a demanda de pescado e facilita a comercialização direta da produção dos monteiros.

É comum a diferenciação dos períodos de pesca entre o tempo quente e o tempo frio. Existem espécies de pescado que só aparecem no tempo quente como a lula, por exemplo, e espécies de tempo frio, como a tainha. O tempo quente para os ilhéus é um período melhor para as pescarias em função das condições de mar, que durante os meses

de inverno “engrossa” muito e impede a saída das canoas. Além do mais, é no tempo quente que aumenta o número de turistas no litoral facilitando a comercialização.

São dois períodos diários que os pescadores saem para a pesca. No Monte de Trigo os ilhéus pescam das 3-4 horas da madrugada até 8-9 horas da manhã, parando para o almoço e para o descanso nas horas de sol mais fortes para, a partir das 14-15 horas saírem novamente para a pesca até as 18 horas aproximadamente. Na Vitória, os pescadores saem para a pesca a partir das 5-6 horas da manhã até aproximadamente 11 horas. Após uma parada para almoço e descanso, saem novamente para a pesca por volta das 14 horas até as 18 horas aproximadamente.

São muitas as artes e manhas empregadas na pesca dos ilhéus. O conhecimento dos hábitos dos peixes “de fora” e dos peixes “que criam na ilha” é uma condição necessária para o sucesso da pescaria. Também a sorte é uma categoria presente como fator de bons resultados na pesca “tem vez que a pescaria é sorte, tem dia que você vai de manhã, se você ferra 8,9 peixe você mata todos 9. Tem dia que tem 5,6 e não ganha carne de nenhum, isso acontece comigo também ... Meu pai falava que tem gente que é afortunado pra peixe ...”(Sr. Ramiro - Ilha Vitória).

O aprendizado para a pesca inicia-se desde criança, no início de forma lúdica para em seguida tornar-se uma obrigação como a busca do peixe para as refeições. Com 13 - 14 anos as crianças passam a acompanhar os pais nas pescarias e compor os rols de pesca.

Nos relatos recolhidos, os ilhéus apontam para a captura de cerca de 30 espécies de pescado que são por eles explorados, demonstrando a polivalência destes produtores. Pescadores multiespecíficos, acompanham os ciclos naturais do pescado e apontam para uma forma de uso dos recursos pesqueiros não predatória, ao contrário de outras modalidades de exploração do pescado que já tem comprometido os estoques naturais.

Neste sentido, a constatação de que o peixe está fracassando nas ilhas e de que antes havia mais fartura, aponta para as relações conflituosas que existem no processo de apropriação dos recursos pesqueiros. Estes conflitos tornam-se mais graves a medida que as diferentes formas de organização da produção pesqueira desenvolvem-se em um mesmo espaço, competindo entre si pela apropriação do pescado. A desvantagem dos ilhéus nesta competição decorre do fato de que o baixo poder de capitalização destes

produtores não permite seu deslocamento além de uma pequena distância no entorno das ilhas, uma vez que as embarcações dos ilhéus consistem em sua grande maioria de canoas a remo.

A criação de um espaço marítimo de uso exclusivo dos ilhéus, no entorno das ilhas, minimizaria estes conflitos e poderia servir como uma base territorial para o desenvolvimento de experimentos voltados ao cultivo e o repovoamento de espécies marinhas. Propostas neste sentido, inclusive, já compuseram planos de governo e são levantadas em encontros de pescadores artesanais.

5.2. OS RECURSOS FLORESTAIS

As matas insulares também são objetos de apropriação por parte dos ilhéus monteiros e vitoreiros. Portadores de um rico conhecimento etnobotânico, os ilhéus utilizam-se dos recursos florestais para a confecção de utensílios como remos e gamelas, para a confecção de artesanato, para a construção de casas, ranchos e estivas, além da coleta de frutos para a alimentação e de essências para a produção de remédios caseiros.

Varjabedian em levantamento realizado nas ilhas Vitória e Monte de Trigo identificou as espécies empregadas pelos ilhéus para variadas finalidades presentes nos quadros a seguir, onde constam ainda algumas espécies que são conhecidas pelos ilhéus mas que não possuem um uso definido. (Varjabedian, 1996).

A diversidade das espécies florestais utilizadas pelos ilhéus apontam para uma das características da cultura caiçara que é o conhecimento do ambiente em que vivem. Conhecimento este que vem se perdendo a partir dos processos de ocupação do litoral e que guardam nas ilhas um pequeno espaço para sua reprodução.

A produção de artesanato pelos ilhéus é representada por remos, miniaturas de canoas e embarcações, pequenas canoas e gamelas a partir da madeira, bolsas e tapetes a partir do trançado de fibras vegetais entre outros objetos que são comercializados na própria ilha ou levados para as cidades e praias e representa um pequeno aporte de recursos financeiros para os ilhéus.

Esta produção, no entanto, é realizada de forma esporádica e algumas vezes sob encomenda, para a qual os ilhéus dedicam parte de seu tempo livre.

A proibição da extração de madeira por parte da legislação ambiental já vem causando o abandono desta atividade por parte dos ilhéus de Búzios e com o recrudescimento da fiscalização pode vir a atingir as outras ilhas. Na costa, os artesãos já encontram dificuldades para obter a matéria prima para o seu ofício, tendo que agir muitas vezes de forma clandestina.

Soma-se à dificuldade de obter o recurso, o desinteresse dos jovens em aprender o ofício de artesão, o que tem levado ao empobrecimento da produção artesanal do litoral, ainda que em algumas praias encontram-se núcleos de produção artesanal especializados como os caxeteiros de Camburi.

5.3 AS ROÇAS

As roças consistem na terceira modalidade de exploração dos recursos naturais presentes nas ilhas. Estas são formadas por pequenas quadras cultivadas nos acidentados terrenos das ilhas, especialmente na Vitória, uma vez que no Monte de Trigo os ilhéus abandonaram o cultivo de roças.

Quanto a esta questão envolvendo as roças do Monte de Trigo, alguns pontos são interessantes de colocar. Os ilhéus afirmam que foram os ratos introduzidos na ilha por volta de 1986-1987 que provocaram o abandono das culturas, uma vez que estes animais escavavam o solo e comiam a mandioca ou subiam nos pés de milho para comer as espigas. Alguns relatos recolhidos, no entanto, nos faz supor que o processo de abandono da agricultura é anterior a introdução dos ratos, uma vez que os ilhéus passaram a consumir os gêneros alimentícios vindos do continente e os “antigos”, que sustentavam a cultura agrícola foram morrendo.

Nesta interpretação, os ratos não seriam mais os responsáveis pelo abandono das roças e sim foram o tiro de misericórdia de um processo que já estava em andamento.

Mas voltemos a Vitória onde a cultura agrícola mantém seu vigor. Nesta ilha, as pequenas roças situadas em suas vertentes íngremes produzem duas variedades de mandioca (a mandioca de farinha e a mandioca doce) , o feijão, o feijão guandu, a abóbora, o milho, a batata e algumas hortaliças que são consumidas na comunidade.

A abertura da roça é precedida pela limpeza do terreno, geralmente uma capoeira em fase de regeneração e a colocação de fogo para terminar o trato da terra. Para a mandioca, pequenas covas são abertas e cultiva-se a rama retirada das roças já existentes.

Em Vitória, as roças abertas se prestam para a produção por mais de dez anos, distinguindo-se do sistema de cultivo itinerante presente em outras áreas do litoral, onde as roças abertas produzem por três ou quatro anos para em seguida serem abandonadas.

O beneficiamento da produção é representado pela secagem do feijão e pela produção da farinha de mandioca que é a base da dieta caiçara juntamente com o peixe.

Na Ilha Vitória existem 3 casas de farinha compostas por instrumentos produzidos artesanalmente como a prensa de arataca, a roda para ralar a mandioca, os cochos para armazenar a massa e o forno para torrar a farinha. O trabalho de produção da farinha, assim como o trato da roça é um trabalho realizado por homens e mulheres, sendo que os primeiros em dia de mar grosso abandonam a faina pesqueira e se dedicam ao trabalho na roça.

Se na pesca a categoria sorte é empregada para justificar uma boa pescaria, na roça existe a questão de ter uma mão boa para o plantio. “... Na minha mão não dá. Acho que vou plantar feijão e pedi pra ele vim e planta pra mim”, assim o Sr Ramiro explica a sua mão imprópria para plantar feijão, tendo que recorrer a um camarada para realizar o plantio. Ainda segundo o Sr. Ramiro, na sua mão não dá abóbora e milho mas para mandioca e batata é boa.

A produção agrícola da Ilha Vitória é praticamente toda consumida na ilha e representa uma pequena autonomia frente ao continente na obtenção de alimentos. Apenas a farinha de mandioca é comercializada, mesmo assim em pequena escala e para suprir alguma encomenda realizada por um morador das cidades com as quais os vitoreiros se relacionam.

A rigor, os ilhéus de Vitória estariam proibidos de continuarem o cultivo de suas roças, uma vez que a ilha está dentro de uma unidade de conservação. Na verdade, pela forma da lei, nem sequer morar na ilha os ilhéus poderiam. Ocorre como já foi dito, que uma parcela do corpo técnico responsável pela política de parques é sensível à questão da permanência dos moradores nas unidades de conservação desde que sejam moradores

“tradicionais”. Os ilhéus de Vitória se enquadrariam neste conceito de “tradicionais”, uma vez que o povoamento da ilha já é secular.

Trata-se, no entanto de garantir mais do que isto. A ilha é de direito dos ilhéus e para eles cabe a decisão se vão ou não prosseguir com suas roças, da maneira que sempre fizeram. Quanto a melhora dos métodos empregados na agricultura dos ilhéus cabe também a eles a decisão se vão ou não incorporar novas técnicas, em especial se estas representam maior dependência frente ao mercado que já os subordinam na questão do pescado.

CAPÍTULO 6 - UM POUCO DO MODO DE VIDA INSULAR

6.1. Um dia no Monte de Trigo

É plena madrugada e os ilhéus acordam para ir a pesca. Os que acordam primeiro chamam os companheiros e se dirigem ao porto onde lançam a canoa na água e preparam as linhaças para a pesca da garoupa e da bicuda. Alguns tomam um café com biscoito antes da pescaria, enquanto outros nada comem. Irão ficar nas canoas tentando matar o peixe até o raiar do dia , quando então dirigem-se para as pequenas redes lançadas no dia anterior.

As cinco, seis da manhã as mulheres levantam e iniciam um trabalho que só irá terminar ao final do dia. Acendem o fogo a lenha, fazem o café e esperam as crianças acordarem para prepara-las para a escola.

Estas se levantam , tomam o café preto e se dirigem até a escola. Lá o professor os espera para a aula que durará até por volta do meio dia e uma merendeira prepara a refeição que para muitas crianças é a única da manhã.

Por volta das 8 horas, os homens começam a retornar da pescaria. Acondicionam o pescado no gelo e se a pescaria foi boa e o mar estiver bom preparam a saída de uma canoa a motor para Barra do Una, onde irão comercializar o pescado. Os que irão viajar pegam alguns pertences e partem para a travessia que dura aproximadamente uma hora na canoa a motor. Os que ficam eventualmente irão jogar uma partida de futebol até a hora do almoço, ou irão cortar um feixe de lenha para cozinhar.

Enquanto isto, as mulheres que já lavaram a roupa e lavaram a louça, preparam a comida - em geral arroz, feijão, farinha e peixe, e as crianças saem da escola.

Após o almoço é o horário da sesta que se estende até as 14 horas, quando os homens dirigem-se novamente para o porto de onde irão lançar as redes e prosseguir na pesca de linha.

As crianças passam a tarde brincando e se o dia é de sol irão tomar um banho de mar, enquanto suas mães prosseguem nas tarefas domésticas.

Antes de retornarem à pesca, os ilhéus dirigem-se às embarcações que estão fundeadas no porto para uma conversa com os embarcados e para obter um pouco de gelo e de isca dos barcos.

Ao final da tarde, com o retorno da canoa que foi para Barra do Una e com o retorno dos pescadores que foram para o mar, os ilhéus preparam-se para o jantar, tomando seus banhos e vestindo roupas limpas. Os crentes se aprontam para o culto enquanto que os demais dirigem-se às casas que possuem televisão a bateria para assistirem às novelas e aos noticiários.

Após o culto e após a novela das oito, os ilhéus retornam às suas casas, onde irão prosear um pouco sobre o dia transcorrido até que o sono os agarre terminando mais um dia.

6.2. Um dia na Vitória

O dia na Vitória inicia-se um pouco mais tarde. Por volta das 5,6 horas os ilhéus despertam e , após um café, dirigem-se para o porto ou para as roças. Se o cerco flutuante está na água, a turma do cerco dirige-se para a primeira visita do dia enquanto que os demais pegam seus preparos e irão buscar um peixe de linha ou currico, ou visitar as redes colocadas no dia anterior. Os que vão para a roça irão limpar o roçado ou colher um pouco de mandioca para fabricar a farinha ao longo do dia.

As crianças acordam e se preparam para ir a pequena escola, onde terão aula até por volta das onze horas e as mulheres, após preparar o café, irão cuidar da roupa, buscar água, lavar a louça e preparar o almoço, quando tem algo para comer.

Retornando da roça, inicia-se o processo de fabricação da farinha com a raspagem da casca da mandioca, a ralagem da mandioca para a produção da massa e a prensagem da massa nas prensas de arataca. Este processo leva toda a manhã, ocupando homens e mulheres, enquanto que a tarde é reservada para a torragem da farinha.

O retorno da pescaria da manhã é por volta das 11 horas e os pescadores sobem o morro em direção às suas casas para o almoço

Após o almoço, é hora de um pequeno intervalo para descanso antes da pescaria da tarde. Se o serviço é na roça almoça-se qualquer coisa por lá mesmo. As crianças que já saíram da escola preparam-se para brincar ou para ajudar os pais nas pescarias da tarde e as mães nos tratos da casa.

Se é um dia de viagem para Ubatuba, o peixe é acondicionado no porão da embarcação que levará aproximadamente 3 horas até chegar na Enseada onde o peixe é descarregado e só voltará em um ou dois dias.

A pescaria da tarde segue o mesmo esquema da manhã. É hora de mais uma visita ao cerco, hora de lançar uma rede ou continuar curricando uma enchova. As mulheres prosseguem nos tratos da casa e no preparo do jantar.

Com o "serão", por volta das 18 horas, os pescadores retornam do porto e trazem o peixe para o jantar que sairá por volta das 19 horas. Após o jantar assiste-se a televisão e seguem as conversas noite a dentro até a hora de dormir. Eventualmente uma viola é tocada animando a noite.

Evidentemente que a descrição desses "dias" nas ilhas não pretende esgotar o assunto do cotidiano insular. Antes apontam alguns elementos da vida social e da divisão do trabalho nas ilhas Vitória e Monte de Trigo que serão melhor discutidos nos tópicos a seguir.

6.3. A divisão social do trabalho

O trabalho social nas ilhas é rigidamente dividido a partir do sexo : aos homens cabe a pescaria e às mulheres cabe o trato da casa.

Esta divisão é mais nítida na ilha do Monte de Trigo onde não se pratica mais a agricultura, uma vez que na Vitória o trato da produção agrícola é realizado por homens e mulheres.

Os homens saem diariamente para a pesca em busca da principal mercadoria produzida pelos ilhéus - o peixe que fornecerá os rendimentos para a compra dos gêneros alimentícios, peças de vestuário e demais mercadorias de uso dos moradores das ilhas.

Nesta divisão social do trabalho produzem-se espaços essencialmente masculinos como o porto e essencialmente femininos como a cozinha e o quintal. As mulheres dirigem-se ao porto apenas em ocasiões de embarque e desembarque e para um eventual banho de mar nos dias mais quentes.

As mulheres, embora seu trabalho não produza o dinheiro com o qual os ilhéus se relacionam com o mercado, jogam um papel fundamental na vida insular. A elas cabe o trato dos filhos e maridos, o cuidar da casa que envolve armazenar água, providenciar a lenha, lavar e cozer a roupa, produzir a comida e garantir a estabilidade da família.

"O meu trabalho não para, é o dia inteiro desde a hora que eu acordo", assim se refere Dona Conceição do Monte de Trigo, mãe de 9 filhos e que ainda ajuda na criação de dois netos, sendo um deles recém nascido.

À mulher resta ainda o trato com a doença. O acompanhamento dos filhos em casos de consultas ou internações é sempre feito pelas mulheres, assim como o acompanhamento dos partos.

Aos homens, além da pesca, resta-lhes os serviços mais pesados como o corte de madeira e a construção de moradias. Alguns ilhéus se especializam em determinados trabalhos como os de carpinteiro e construtor, atendendo assim a demanda da comunidade.

Na ilha Vitória, o trabalho agrícola une homens e mulheres que juntos cuidam dos roçados e beneficiam a mandioca na produção da farinha.

Algumas mulheres do Monte de Trigo e da Vitória, no entanto, subvertem esta rígida divisão do trabalho quando acompanham seus maridos em algumas modalidades de pescaria, em especial na pesca de linha.

6.4. A Educação formal e informal

As crianças nas ilhas crescem em um ambiente de muita liberdade. Logo cedo aprendem a utilizarem-se dos elementos da natureza para a construção dos brinquedos e para as brincadeiras que aos poucos vão os iniciando no mundo do trabalho. Assim crianças muito pequenas manejam facas, apetrechos de pesca, panelas, fogo, entre outros instrumentos.

A partir dos 10,11 anos as brincadeiras vão dando lugar a pequenas obrigações como ajudar as mães no trato da casa, no caso das meninas e os pais no trato da pesca, no caso dos meninos.

Para as meninas, em especial no Monte de Trigo, a infância é curta, sendo que por volta dos 14 anos já se casam e tem o primeiro filho.

A educação formal nestas duas ilhas é constituída de formas não oficiais de ensino. No Monte de Trigo o professor é um morador da ilha, leigo, que é contratado pela Prefeitura de São Sebastião como servente de educação para dar aulas de primeira a quarta série, para um grupo de aproximadamente 12 alunos.

A escola funciona em um prédio pré-fabricado, construído em 1986 e além do professor, uma merendeira é contratada para fazer a refeição das crianças. A escola funciona assim desde 1991, quando foi reaberta pela prefeitura após ter sido desativada pelo Estado.

Já na ilha Vitória, que ficou sem escola durante toda a década de 80, a escola atual foi criada por uma ONG local - o Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma que em 1992 iniciou um processo informal de alfabetização dos moradores da ilha. Este processo contou com o apoio da Faculdade de Educação da USP, através da Profa. Nídia Pontuscka.

A partir de 1994 o Projeto efetivou um professor que passou a residir na ilha e que vem dando aulas de primeira a quarta série para um grupo de cerca de 9 alunos. A escola neste caso funciona em uma casa cedida por um morador da ilha, na qual foi construído um puxado de bambu recoberto por lona plástica, sob o qual funciona a sala de aula.

A importância do saber ler, escrever e contar é tida pelos moradores das ilhas como o ganho de uma certa autonomia quando estão no continente. Não depender de

ninguém para marcar a compra, fazer os acertos de conta na peixaria e mesmo se informar é um aspecto importante para os ilhéus. Dai a necessidade das escolas e a luta pela reabertura destas.

A situação de fechamento destas escolas, no início dos anos 90 foi denunciada pelos próprios ilhéus quando da realização do Encontro das Ilhas em dezembro de 1990, que reuniu em São Sebastião, por iniciativa do Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma e pelo então Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas do Brasil, ilhéus de todo o Estado de São Paulo, que por dois dias discutiram os problemas das comunidades das ilhas, onde as questões de educação e saúde, entre outras, compunham a pauta dos debates.

6.5. A doença e a cura

A questão da saúde é parte presente do cotidiano insular. A distância dos ilhéus frente aos serviços de saúde coloca em pauta uma questão polêmica: são os ilhéus que devem se dirigir aos serviços de saúde ou são os serviços de saúde que devem se dirigir às ilhas. Esta questão divide a opinião dos especialistas e coloca em jogo políticas municipais de saúde.

Por algum tempo a Prefeitura Municipal de Ilhabela manteve um atendimento médico nas chamadas comunidades isoladas onde um médico esporadicamente visitava as ilhas levando atendimento e medicamentos e identificando os casos mais críticos que necessitavam de exames ou internações. Hoje este programa está desativado e é vez por outra desenvolvido de forma esporádica por Ong's locais ou por grupos de médicos.

Já a posição da prefeitura de São Sebastião é de que os ilhéus devam dirigir-se aos postos de saúde das praias do município e as equipes médicas só se dirigem a ilha do Monte de Trigo nas épocas de vacinação.

A parte as políticas de saúde, os ilhéus têm um visão de que é necessário um médico na ilha de vez em quando, em especial na Vitória que por ser mais distante da costa dificulta a vinda dos seus moradores para o continente. Ademais a dificuldade de marcar consultas e ser atendido prontamente é mais um fator que dificulta o acesso dos ilhéus aos serviços de saúde.

Do Monte de Trigo, os ilhéus dirigem-se aos postos de saúde das praias da costa sul do município de São Sebastião e em casos mais graves recorrem ao hospital da sede do município ou das cidades vizinhas como Santos e Guarujá.

De Vitória os atendimentos se concentram na Santa Casa de Ilhabela que encaminha os pacientes mais graves para outras unidades de saúde mais equipadas como São Sebastião ou São José dos Campos. Para Ubatuba e Caraguatatuba os ilhéus de Vitória também, se dirigem em casos de doença.

A presença de parentes ou conhecidos no continente, casas que os ilhéus podem se hospedar nos períodos de doenças é um fator que determina o local escolhido para se realizar o tratamento. Esta é uma condição fundamental, pois muitas vezes os ilhéus não têm como cobrir os custos de uma permanência prolongada fora da ilha.

A doença é um fator que mobiliza as comunidades de ilhéus. Nos casos graves todos se empenham em obter o transporte para o continente e neste caso a presença de rádio torna-se fundamental para a comunicação com os serviços de saúde.

Um vez obtida a internação fica-se longos períodos sem ter notícias do enfermo até que alguma viagem se realize para poder visitá-lo e assim obter informações da gravidade da doença e das expectativas de cura.

No item 5.2 deste trabalho apontamos para o uso de algumas plantas que os ilhéus utilizam como remédios caseiros. São plantas largamente utilizadas em outras rurais e litorâneas e demonstram que a cultura dos curandeiros vem sendo perdida junto das populações de ilhéus. Estes relatam a existência de velhos que possuíam a sabedoria no trato das planta e animais para a cura e que já morreram não transmitindo este saber. Hoje nas duas ilhas só encontramos uma benzedeira em Vitória que trata de doenças como mal olhado.

A morte nas duas ilhas é tratada de maneira diferenciada. Enquanto os ilhéus de Vitória enterram seus mortos no "Cementério" que situa-se na porção leste da ilha, os monteiros encaminham seus mortos para fora da ilha indo enterrá-los no cemitério de Juquey localizado na costa sul de São Sebastião.

6.6. A religião e a festa

As duas ilhas diferem-se bastante em termos das manifestações religiosas. Enquanto na Vitória a religião católica predomina, no Monte de Trigo seus moradores dividem-se entre católicos e crentes pertencentes à Assembléia de Deus.

Na ilha Vitória a festa de São Pedro é o principal marco do calendário religioso da comunidade. Durante a novena no final de junho a pequena capela é enfeitada e com o "serão" são rezadas as orações em latim e português de forma cantada como ladainhas. Nos pontos certos da reza são lançados fogos de artifício que explodem no ar em homenagem ao santo. A novena é precedida pelo levantamento do mastro em louvor a São Pedro.

A festa de São Pedro possui uma organização que envolve quase toda a comunidade e a cada ano são escolhidos os festeiros, os ajudantes, os responsáveis pelo mastro e pela fogueira, entre outras tarefas. Após a reza, um baile animado com pandeiro, viola ,cachaça e café, pode se desenvolver.

A festa torna-se mais animada quando o festeiro é alguém de fora, conhecido da comunidade e que ajuda na festa levando comida, bebida e fogos de artifício, o que pode apontar para uma certa desestruturação da festa no interior da comunidade, cujos membros afirmam que só com gente de fora é que a festa é boa.

Afora a festa de São Pedro, as outras datas do calendário cristão são pouco comemoradas, ainda que respeitadas. Na ocasião da Semana Santa, por exemplo, os ilhéus de Vitória não manuseiam agulhas, martelos e nem vão para as roças na Sexta - Feira da Paixão.

A presença de padres ou religiosos na ilha Vitória é rara e apenas recentemente um diácono residente em Caraguatatuba tem feito visitas esporádicas na comunidade.

No Monte de Trigo a divisão religiosa é recente. A conversão de católicos em evangélicos é um processo da segunda metade da década de oitenta e o responsável pelos cultos é o professor da ilha. Os cultos realizam-se quase que diariamente na casa dos fiéis na parte de noite e congregam alguns ilhéus que depositam neles suas esperanças. A presença de membros da igreja Assembléia de Deus na ilha é mais frequente do que a

presença de padres católicos. Os pastores e "irmãos" de outros lugares visitam a ilha constantemente.

Afora os cultos evangélicos, existe na ilha uma pequena capela, recentemente construída, em homenagem a São Benedito e a mesma família que construiu esta capela, festeja o dia de São Pedro com rezas e com uma fogueira.

As festas religiosas, no entanto, já ocuparam uma posição de destaque na ilha do Monte de Trigo. Os mais velhos lembram com saudade as comemorações das datas religiosas que eram realizadas no Sítio de Lá e para as quais os ilhéus se mobilizavam e atraíam moradores das praias defronte a ilha, com grandes bailes que duravam dois ou três dias.

6.7. Os contatos

Não poderíamos encerrar este breve relato da vida social insular sem nos referirmos à teia de relações que os ilhéus estabelecem com o continente e que os torna integrados aos processos de transformação que o litoral vem sofrendo.

Para a ilha Vitória, o pescado que muitas vezes atinge a cidade de São Paulo inicia sua viagem por Ubatuba, Caraguatatuba ou Ilhabela, para onde os ilhéus dirigem-se com sua produção. É nestas localidades que os ilhéus efetuam suas compras de gás, sal açúcar, café, fósforos, fumo, arroz, velas entre outras mercadorias.

Se o caso é uma consulta médica esta pode ser realizada na sede de qualquer um dos quatro municípios do litoral norte e se é necessário uma cirurgia pode ser transportado para São José dos Campos ou São Paulo.

De São Paulo ou de Santos pode vir ainda uma peça de motor da embarcação que foi quebrada e a reposição não foi encontrada nas casas especializadas nas casas da região.

Uma visita a parentes pode ser feita em Ubatuba, Ilhabela ou no Bairro de São Francisco em São Sebastião ou ainda pode-se ficar hospedado em Caraguatatuba. Para o recebimento de sua aposentadoria o Sr. Manoel Costa dirige-se mensalmente para Ilhabela onde costuma passar uma semana até conseguir passagem de volta para Vitória.

A mobilidade dos moradores de Vitória é também expressa em seu repertório musical onde a música Canoa nos trás elementos importantes para este entendimento além de apresentar traços importantes da relação dos ilhéus com os recursos naturais.

CANOA

(Teodoro Teixeira Leite)

Vou fazer minha canoa
com o galho da laranjeira
pra embarcar mulher casada
e também moça solteira

vou fazer minha canoa
com o galho do cambará
pra levar minha gente
do Jabaquara pra lá

vou fazer minha canoa
com o galho da embaúba
pra levar minha gente
de Vitória pra Ubatuba

vou fazer minha canoa
com o galho da canela
pra levar minha gente
de Vitória pra Ilha bela

vou fazer minha canoa
do galhinho do mamão
quebrou-se minha canoa
fiquei com o remo na mão

a minha canoa é vela
que vento quereis levar
de dia vento de terra
a noite vento do mar

eu tenho minha canoa
pra fazer a pescaria
também tenho rede boa
jogando não traz vazia

canoa minha canoa
canoa que vai e vem
chegai no porto canoa
pra mim embarcar meu bem.

Na ilha do Monte de Trigo os contatos com o continente são mais freqüentes. O desembarque do pescado se realiza em Barra do Una, Barra do Sahy ou Boissucanga em São Sebastião ou ainda Bertioga se a produção é boa. A venda do pescado atinge ainda a praia de Juquey para onde os ilhéus se dirigem a pé.

O professor e a merendeira viajam constantemente para a sede do município de São Sebastião onde junto à Secretaria Municipal de Educação irão tratar das coisas relativas da escola como fornecimento de merenda, de materiais didáticos e uniformes.

As famílias se dirigem a Ubatuba, Ilhabela, Santos, Guarujá e Bertioga para visitas a seus familiares e mesmo para o interior de São Paulo onde reside uma parente dos monteiros.

Se as embarcações apresentam problemas de motor, dirigem-se para a Ponta da Praia em Santos para compra de peças, podendo mesmo encomendá-las em São Paulo.

Para a Prainha Branca de Bertioga os monteiros dirigem-se freqüentemente para a visita aos parentes nascidos no Monte e que para lá se dirigiram.

Não é apenas saindo das ilhas que os ilhéus se relacionam com pessoas de fora. O fato de as ilhas serem locais propícios para o abrigo de embarcações, faz delas locais essenciais de parada dos barcos pesqueiros que atuam no litoral norte. Assim, pescadores paulistas, cariocas e catarinenses dirigem-se às ilhas estabelecendo contatos com os ilhéus. Muitas embarcações ficam fundeadas junto as ilhas durante todo o dia e apenas no final da tarde saem para a pesca. No Monte de Trigo é comum a realização de uma partida de futebol entre os monteiros e a tripulação dos barcos de pesca.

Nestes contatos trocam-se informações sobre o mercado de peixe, sobre as condições do mar e da pescaria além é claro das numerosas histórias ligadas ao mar às lides de pesca.

Além do mais, o embarque nas fainas de pesca propiciou a muitos ilhéus conhecimento de vasto território marinho e dos principais portos de desembarque do sudeste e sul brasileiros.

Deduz-se destas informações que os ilhéus estão longe de constituírem uma população isolada e pelo contrário estabeleceram ao longo de suas vidas um feixe de relações de trabalho, de negócio, de parentesco, de amizade e de serviços que abrange um universo espacial bem amplo atingindo o litoral norte, a Baixada Santista, o Vale do Paraíba, a Capital e eventualmente o interior do Estado e outros Estados.

CAPÍTULO 7 - A REPRODUÇÃO DO MODO DE VIDA INSULAR

A reprodução do modo de vida insular é estreitamente relacionada com as formas que os ilhéus se relacionam com os recursos naturais, entre eles e com o mercado.

Neste sentido são identificados problemas internos e externos às comunidades de ilhéus que afetam a sua reprodução enquanto ilhéus pequenos produtores pesqueiros.

7.1. Os fatores internos : a desunião, o álcool, a fofoca.

A desunião das comunidades de ilhéus é apontada pelos próprios moradores das ilhas como um fator que dificulta o cotidiano insular. São constantes as disputas entre os ilhéus por fatores que vão da captura à venda do pescado e com relação à eventuais ajudas recebidas de terceiros.

Quanto as disputas que ocorrem na venda do pescado, estas são explicadas pelo monopólio que alguns ilhéus exercem sobre o transporte para o continente. Como são poucos os que possuem embarcações a motor, a maioria dos ilhéus se submetem aos donos de embarcação para o transporte e venda do pescado. Na Vitória o dono de embarcação funciona como um primeiro intermediário do pescado e no Monte de Trigo o pescado é vendido pelo dono do barco que pode ou não cobrar alguma taxa pelo seu trabalho. Em geral esta taxa refere-se ao custo do combustível ou a reposição de uma peça do motor.

Na captura do pescado verificam-se disputas a medida que um pescador se sai melhor em seu trabalho causando inveja aos demais. Com a diminuição do pescado estas disputas se acirram.

O alcoolismo também é apontado como um fator de desagregação da comunidade, em especial na ilha do Monte de Trigo, onde o álcool é motivo de inúmeras brigas entre os ilhéus.

Na ilha Vitória surge a "fofoca" como uma categoria empregada pelos ilhéus para explicar determinados conflitos no interior da comunidade. Fazer fofoca para pessoas de fora da ilha é interpretado pelos ilhéus como o motivo para uma não ajuda que eventualmente uma pessoa de fora da ilha poderia fornecer a um ilhéu.

Em ambas as ilhas, porém mais acentuada na Vitória, formam-se grupos que não se falam entre si e que mantêm-se distanciados apesar do parentesco próximo. Na Vitória é comum que determinados ilhéus não frequentem alguns espaços em virtude de uma querela pessoal.

A idealização de um passado de fartura e a constatação de uma situação presente ruim é comum entre os ilhéus, em especial entre os monteiros cujos jovens desejam sair da ilha.

Uma representação interessante deste processo é construída pelo Sr. Alfredo - 62 anos, da ilha do Monte de Trigo, quando se refere às festas que ocorriam na ilha e que agora não existem mais : "Acabou-se como diz o outro, acabou-se a festa. Eu ainda vou te dizer que é isso que tá faltando no lugar. Depois que acabou-se a festa ai nunca mais existiu mais nada. Quando existiu a festa, existia bastante fartura...".

É um depoimento bastante revelador do processo de construção da comunidade que tinha na festa um momento de identidade coletiva e que se perdeu no decorrer do tempo, com a morte dos antigos e com a cisão religiosa ocorrida na ilha.

A festa ainda presente na Vitória é um momento importante para a afirmação da comunidade, mas que já apresenta sinais de desgaste, uma vez que depende de pessoas de fora do lugar para ser mais animada.

No Monte de Trigo, a ausência de mulheres é também um motivo para que os jovens procurem sair da ilha. Além da busca da companheira, busca-se um trabalho com um rendimento fixo, o que para alguns ilhéus é melhor do que a instabilidade que a atividade pesqueira apresenta.

Se por um lado a fofoca, o álcool e as disputas internas são fatores de desagregação da comunidade, existem alguns momentos em que a comunidade se afirma.

A solidariedade nos momentos de doença e a necessidade de um transporte para a costa nos casos mais graves, mobiliza toda a comunidade. As ajudas mútuas nos momentos de embarque e desembarque do porto, a troca de alimentos quando estes escasseiam, o trato com as crianças, são elementos que demonstram uma afirmação do sentido comunitário nas ilhas.

Este sentido é reforçado pela identidade de ilhéus em oposição a caiçaras, presente entre os habitantes do Monte de Trigo e pela identidade de vitoreiros definindo os moradores de Vitória.

“Pra mim caiçara é pessoa fora daqui. Porque nós não podemos ser caiçara, nós podemos ser ilhéu” (Sr Nelson – Monte de Trigo)

“Caiçara não somo, somo ilhéu legítimo” (Durvalino – Monte de Trigo)

A identidade de ilhéus – Monteiro e Vitoreiros representa ainda a afirmação da singularidade destas comunidades que se auto definem em contraposição aos caiçaras da costa.

7.2. Os fatores externos : a disputa pelo pescado

A identidade de ilhéus e um sentido de comunidade é mais presente quando os ilhéus se defrontam com os fatores externos que interferem em sua reprodução social. Dentre estes, o mais significativo é a disputa pelos recursos pesqueiros. Esta disputa é marcada por duas formas diferenciadas de conflitos : o conflito com os mergulhadores que pescam por esporte e o conflito com as embarcações de porte empresarial que frequentam as ilhas.

Na verdade refletem disputas em torno dos territórios de pesca que os ilhéus construíram ao longo de gerações e que são invadidos por outras formas de apropriação dos recursos pesqueiros.

Os mergulhadores frequentam as ilhas por estas serem locais ideais para a caça submarina, uma vez que toda a costeira das ilhas é formada por rochas e parcéis, consistindo os nichos ecológicos de várias espécies de pescado valorizadas pelos mergulhadores.

Por esporte, estes sujeitos acabam por retirar o pescado que poderia ser capturado pelos ilhéus, o que é motivo de revolta dos moradores das ilhas, em especial nos fins de semana e épocas de veraneio quando inúmeras lanchas com mergulhadores dirigem-se para as ilhas.

" Se o cara quisé fazê um esportezinho, ai, pegá um peixinho pra come, tudo bem. Mas o cara vem com garrafa de ar, bomba, não mata pra comê, mata pra vendê. Que é isso? Tinha um alemão que saia da vida dele lá em cima, e vinha ai, chuchá ai e depois vendê. Que negócio é esse ? Deixa pra nós, é nosso. Ele vinha ai ,levava 20, 30 kg de garoupa, agora tão vendendo no Perequê. Cada um tem seu modo de vivê, seu modo de ganhá, nós depende disso, tem que pensá no que tá pra trás" (Rubens - Monte de Trigo).

É o sentimento de que o recurso pesqueiro do entorno das ilhas é dos ilhéus o motivo da revolta frente aos mergulhadores e que também se estende para as embarcações de grande porte que atuam no entorno das ilhas.

Estas são representadas pelas parelhas, pelos grandes camaroeiros, pelos atuneiros e pelos caçoeiros. As parelhas exercem um tipo de pesca extremamente predatório, que

acaba por comprometer a reprodução dos estoques pesqueiros e , assim como os arrastos de camarão, são apontados pelos pequenos pescadores como responsáveis pela diminuição do pescado na região.

Já os atuneiros cercam os cardumes de sardinha e manjuba junto às costeiras das ilhas e acabam extraíndo estes recursos dos ilhéus. Quanto aos caçoeiros, a reclamação é que estes limpam o cação junto ao porto, em especial no Monte de Trigo, e as vísceras e a cabeça do cação estragam o pesqueiro dos ilhéus.

Apesar da relação conflituosa que se estabelece entre as diferentes modalidades de apropriação dos recursos pesqueiros, ocorre uma interação entre os ilhéus e os pescadores embarcados, conforme já demonstramos no capítulo anterior. As trocas de frutas por gelo e isca são comuns entre os monteiros e os embarcados.

Como já foi levantado anteriormente, a delimitação de um território de pesca de uso exclusivo dos ilhéus, minimizaria estes conflitos pela apropriação do pescado, garantindo que a reprodução da pequena pesca insular se realizasse de forma mais tranquila.

Fora do âmbito da produção, a circulação aparece como um entrave para a reprodução da pesca insular. O sistema de intermediação reduz drasticamente a renda dos ilhéus, especialmente os de Vitória que estão mais subordinados às malhas da circulação. No Monte de Trigo, este problema é amenizado com a venda direta do pescado, mas tem sua contrapartida a medida em que em alguns períodos o peixe encalha, não existindo comprador. Neste caso os ilhéus recorrem às pequenas peixarias da costa sul de São Sebastião.

As dificuldades presentes na atividade pesqueira, em especial a queda da produtividade e as dificuldades de comercialização, tem levado alguns ilhéus a buscarem outras atividades fora das ilhas, em que " ... você tá ganhando pouco, mas aquela goteira você tem. Seja pouco, seja muito, aquele ordenadinho você tem. Agora, e quem vive da pesca, não tem nada, como é que vai viver..." (Sr. Manuel - Monte de Trigo).

Por outro lado, a pesca possibilita uma maior liberdade de dispor do tempo e uma possibilidade de auferir ganhos maiores por ocasião de boas pescarias . "... Por conta é bom, porque é seu. É teu lucro. Agora vai pesca pra outro cara que fica em terra. Cê fica

se fodendo, chuva, tempo, sol. No final o patrão ganha numa boa, comendo sua carinha, churrasquinho..." (Rubens - Monte de Trigo).

Em parte, é esta possibilidade de liberdade que faz com que muitos pescadores artesanais prossigam na luta para continuarem autônomos e no caso das ilhas, alguns ilhéus afirmem que permanecem como pescadores e moradores das ilhas, não desejando sair ou mudar de atividade.

CONCLUSÃO - O NÃO ISOLAMENTO DAS ILHAS

" Para el observador mal avisado, tales produtores parecen estar dentro de um sistema en que el capitalismo no esta presente, cuando en realidade es el núcleo de su funcionamiento " (Breton & Estrada op. cit.)

As palavras de Breton e Estrada refletem bem o espírito que norteou esta investigação. Buscar entre os ilhéus do litoral norte paulista a sua especificidade e a sua inserção no quadro mais amplo do capitalismo global.

Especificidades da vida cotidiana e da utilização dos recursos naturais, ao mesmo tempo que se inserem de maneira marginal no mercado, que lhes fornece parte dos meios para a reprodução da vida.

Nesta relação de troca desigual, os ilhéus vivem momento de penúria, mas também garantem de forma autônoma parte de sua sobrevivência.

A sua distância em relação à costa não significa em momento algum um isolamento frente aos processos de reprodução do capital. Este não isolamento é também construído pelos ilhéus a partir de suas relações de parentesco, de amizade, de busca e reivindicação de serviços que garantam sua reprodução física e social.

Também o Estado define um não isolamento das ilhas ao inseri-las num quadro legislativo mais amplo.

Aos processos dominados pelo mercado, os ilhéus buscam construir parte de sua autonomia e a liberdade de dispor de seu tempo e seu espaço, parece-nos um fenômeno que marca bem este processo.

Quiçá no futuro, estas comunidades possam se inserir nos processos sócio-econômicos mais amplos, em patamares de vida mais elevados.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. P. de. Memória Histórica sobre São Sebastião. São Paulo, Revista de História, XIX, 1959.
- ÂNGELO, S. (coord.). Ilhas do Litoral Paulista. São Paulo, SMA/SP, 1989.
- ÂNGELO, S. . Picinguaba : Três Décadas numa Vila de Pescadores do Litoral Norte do Estado de São Paulo. In Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, AGB, n.69, 1992.
- ASSUMPÇÃO, R. e CARDOSO, E. S. . Levantamento do Setor Pesqueiro no Município de São Sebastião. São Sebastião, PCSSTA/IEA, Texto Datilografado, 1994.
- BECK, A. . Comunidades Pesqueiras e Expansão Capitalista. In O Mar e Seus Recursos Ícticos, Florianópolis, UFSC, 1983.
- BEGOSSI, A. . Tabus Alimentares na Ilha dos Búzios, Uma Comunidade de Pescadores. In Encontro de Ciências Sociais e o Mar, 3, Coletânea de Trabalhos Apresentados, São Paulo, PPCAUB/F. Ford/UICN, 1989.
- BERNARDES, L. M. C. . Pescadores da Ponta do Cajú : Aspectos da Contribuição de Portugêses e Espanhóis para o Desenvolvimento da Pesca na Guanabara. In Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n.2, ano XX, 1958.
- BERNARDES, L. M. C. e BERNARDES, N. . A Pesca no Litoral do Rio de Janeiro. In Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n.1, ano XII, 1950.
- BOJANO, C. de . O Problema do Pescado na Cidade de São Paulo. In Revista do Arquivo Municipal, ano VI, v. LXVIII, julho, 1940.
- BRETON, Y. e ESTRADA, E. L.. Ciencias Sociales y Desarrollo de las Pesquerias : Mexico, Inst. Nacional de Antropologia y Historia, 1989.
- BRETON, Y. . La Gestion des Ressources Communes à Parati - Pêche et Patrimoine National. Laval, Université Laval/Cemar, 1995.

- CALVENTE, M. del C. M. H. . No Território do Azul - Marinho - A Busca do Espaço Caiçara. São Paulo, dissertação de mestrado, Depto. de Geografia - FFLCH - USP, 1993.
- CAMARGO, R. P. de . O Artesanato Caiçara e a Exploração da Caixeta (*tabebuia cassinoides* D.C.) nas Praias de Camburi e Baleia (Município de São Sebastião - SP). São Paulo, Trabalho de Graduação Individual, FFLCH - USP, 1995.
- CAMPOS, N. J. de . Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC/Fcc ed.,1991.
- CARDOSO, E. S. . Ilha Vitória : Para Além do Paraíso. In Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 74,(no prelo).
- CARVALHO, M. da C. V. de . Santos e a Geografia Humana do Litoral Paulista. São Paulo, Tese de Doutorado - USP, 1944.
- CARVALHO, M. C. V. de . O Pescador no Litoral Leste do Estado de São Paulo. In Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, ano IX, v. XCII, agosto/setembro,1948.
- CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES . Colônias de Pescadores - Órgãos de Classe. Recife, CPP, S/data.
- COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL - SMA . Diagnóstico Circunstancial e Proposta Para o Desenvolvimento Auto Sustentado da Atividade Pesqueira no Litoral Norte do Estado de São Paulo. São Paulo, CPA-SMA, Relatório Interno, S/data.
- CORBIN, A. . O Território do Vazio - a Praia e o Imaginário Ocidental. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- COUTINHO, J. M. V. e MELCHER, G. C. . Levantamento Geológico e Petrográfico na Ilha do Monte de Trigo (Litoral Norte de São Paulo, Brasil). In Revista Brasileira de Geociências, v.3, 1973, pág. 243 - 256.
- CUNHA, L. H. O. . Entre o Mar e a Terra. São Paulo, Dissertação de Mestrado - PUC, 1987.
- CUNHA,L.H.O.. Representações de Liberdade : Tempo na Pesca Artesanal "versus" Tempo Fabril. In Travessia- Revista do Migrante. São Paulo, CEM, ano VI, n.15, janeiro-abril, 1993, p. 14-18.

- CUNHA, E. da . Ilha dos Búzios . In Anais do Nono Congresso Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, v. V, 1944.
- DIEGUES, A. C. S. . Formas de Organização da Produção Pesqueira : Alguns Aspectos Metodológicos. In Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil ,2, São Paulo, Coletânea de Trabalhos Apresentados, São Paulo, PPCAUB/F. Ford/IOUSP/UICN, 1988.
- DIEGUES, A. C. S. . Os Pescadores Artesanais e a Questão Ambiental. In Proposta. Rio de Janeiro, n.53, 1992.
- DIEGUES, A. C. S. . Pesca e Marginalização no Litoral Paulista. São Paulo,CEMAR, 1973.
- DIEGUES, A. C. S. . Pescadores Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo, Ed. Ática, 1983.
- DIEGUES, A. C. S. . O Movimento Social dos Pescadores Artesanais Brasileiros. São Paulo, PPCAUB/Pró-Reitoria de Pesquisa - USP/F. Ford/UICN, 1990, Texto Datilografado.
- DIEGUES, A. C. S.(coord.), CARDOSO, E. S. e LEITÃO, W. . Populações Litorâneas, Movimentos Sociais e Ecossistemas da Costa Brasileira. São Paulo, CEMAR, 1992.
- DUARTE, L. F. D. . As Redes do Suor : A Reprodução Social dos Trabalhadores de Pescado em Jurujuba. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado - UFRJ, 1978.
- FRANÇA, A. . A Ilha de São Sebastião : Estudo de Geografia Humana. São Paulo, FFCL-USP, Boletim n.178,1954.
- GALLO, J. . Participação dos Entrepostos de Pesca e Pontos de Desembarque no Abastecimento da Cidade de São Paulo. São Paulo, IGEOG-USP,1976.
- GODELIER, M. A. . A Parte Ideal do Real. In Carvalho, E. de A. (org.). Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ed. Ática, n.21, 1981.
- GUERRIERO, N. e XIXICO . Carapirás : Entendendo o Peixe de Boiçucanga. São Paulo, Via das Artes, 1994.
- IBGE . Estatística da Pesca 1989. Rio de Janeiro, FIBGE, v.10, n. 1, 1990.
- IBGE . Estatística da Pesca 1989. Rio de Janeiro, FIBGE, v.10, n. 2, 1991.
- IPT . Mapa Geológico do Estado de São Paulo . São Paulo, IPT, v.1, 1981.

- LAGO, P. F. de A. . Contribuição Geográfica ao Estudo da Pesca no Litoral de Santa Catarina. In Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, N.1, ano XXIII, 1961.
- LEFEBVRE, H.. Perspectivas de la Sociologia Rural. In De lo Rural a lo Urbano. Barcelona, Ed. Península, 4a. ed., 1978.
- LÉRY, J. de . Viagem à Terra do Brasil. São Paulo, Edusp, 1980.
- LOYREIRO, V. R. . Os Parceiros do Mar : Natureza e Conflito Social na Pesca da Amazônia. Belém, CNPQ / Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.
- MADRUGA, A. M. . Litoralização : da Fantasia da Liberdade à Modernidade Autofágica. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1992.
- MALDONADO, S. C.. Pescadores do Mar. São Paulo, Ed. Ática, 1986.
- MALDONADO, S. C. . Mestres e Mares : Espaço e Indivisão na Pesca Marítima. São Paulo, Annablume, 1993.
- MARCÍLIO, M. L. . Caiçara : Terra e População. São Paulo, Paulinas/ Cedhal, 1986.
- MARTINS, J. de S.. Pequena Produção Agrícola - Antimito da Produção Capitalista no Campo. In Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República". São Paulo, Hucitec, 1986.
- MARX, K. e ENGELS, F. . A Ideologia Alemã - Teses Sobre Feuerbach. São Paulo, Ed. Moraes, 1984.
- MELLO, A. F. de . A Pesca Sob o Capital - A Tecnologia a Serviço da Dominação. Belém, UFPA, 1985.
- MOTOKI, A. . Geologia e Petrologia do Maciço Alcalino da Ilha Vitória - SP . São Paulo, Tese de Doutorado, IG - USP, 1986.
- MOURÃO, F. A. A. . Os Pescadores do Litoral Sul de São Paulo : Um Estudo de Sociologia Diferencial. São Paulo, Tese de Doutorado - USP, 1971.
- MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES . Pescando e Lutando, São Luiz, Monape, S/data.
- MUSSOLINI, G. . Os Pasquins do Litoral Norte de São Paulo e suas Peculiaridades na Ilha de São Sebastião. In Revista do Arquivo Municipal, ano XVII, v. CXXXIV, julho/agosto, 1950.
- MUSSOLINI, G. . Cultura Caiçara. In Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara. São Paulo, Paz e Terra, 1980.

- NOFFS P. da S. . Os Caiçaras de Toque Toque Pequeno : Um Estudo de Mudança Espacial. São Paulo, Dissertação de Mestrado - USP,1988.
- OLIVEIRA, R. R. e LIMA, D. F. . Roça Caiçara : Um Sistema Primitivo Auto Sustentável. In Ciência Hoje, São Paulo, SBPC, v.18, n. 104, 1994, p. 44 - 51.
- PAPY L. . A Margem do Império do Café : A Fachada Atlântica de São Paulo.In Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, n.137, ano XV, 1957.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES . Bases do Programa de Governo. São Paulo, 1994.
- PROJETO CULTURAL SÃO SEBASTIÃO TEM ALMA / LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS HUMANAS FE-USP. Diário de Bordo. Ilha Vitória, Texto Datilografado, 1993.
- SETTI, K.. Ubatuba nos Cantos da Praia : Um Estudo do Caiçara Paulista e de Sua Produção Musical. São Paulo, Ed. Ática, 1985.
- SILVA, A. C. da . O Litoral Norte de São Paulo : Formação de Uma Região Periférica . São Paulo, Igeog - USP, 1975.
- SILVA, C. M. . Ganchos / SC : Ascensão e Decadência da Pequena Produção Mercantil Pesqueira. Florianópolis, UFSC/Fcc ed.,1992
- SILVA, L. G. S. (coord.). Os Pescadores na História do Brasil. Recife, CPP/Vozes, 1988.
- SILVA, L. G. S. . Pescadores, Militares e Burgueses : Legislação Pesqueira e Cultura Marítima no Brasil (1840-1930). Recife, Dissertação de Mestrado - UFPE, 1991.
- SILVA, L. G. S. . Caiçaras e Jangadeiros : Cultura Marítima e Modernização no Brasil. São Paulo, CEMAR, 1992.
- SILVA, P. M. da . O Problema da Pesca no Brasil. In Estudos do Mar Brasileiro. Rio de Janeiro, Ed. Renes, 1972.
- SIQUEIRA, P. . Genocídio dos Caiçaras. São Paulo, Massao Ohno / Ismael Guarnelli, 1984.
- STADEN, H. . Duas Viagens ao Brasil. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1974.
- TULIK, O. . Praia do Gois e Prainha Branca - Núcleos da Periferia Urbana da Baixada Santista. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH - USP, 1979.
- VARJABEDIAN, R. . Diagnóstico Ambiental - Ilha Vitória e Monte de Trigo. in CARDOSO, E. S. (Coord.) Projeto Ilhéu Caiçara : Uma Luta Pela Qualidade de

Vida - Relatório de Atividades julho - dezembro de 1995. São Sebastião, Relatório Interno, 1996.

WILLEMS, E.. Buzios Island - a Caiçara Community in Southern Brazil. Seattle and London, University of Washington Press, 2a. Edição, 1966.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Constituição Federal - 1988

Constituição do Estado de São Paulo

Decreto Federal n. 750 de 10/02/1993

Tombamento da Serra do Mar - Resolução n. 40 de 06/06/1985 do CONDEPHAAT

Decreto Estadual - SP, n. 25.341 de 04/06/1986

VÍDEO CONSULTADO

"DEPOIMENTOS" Produção do Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma, 1992.

ENTREVISTAS

Realizadas em junho de 1995 por Eduardo Schiavone Cardoso junto aos seguintes moradores : Ramiro e Manuel - Ilha Vitória, Olegário (*in memoriam*), Alfredo, Manuel, Nelson, Alcício, Valentim, Adilson, Paulo, Rubens, Almerindo, Valdir, Ramiro, Zenildo, Durvalino e D. Conceição - Monte de Trigo.

ANEXO FOTOGRÁFICO – Não disponível

Fotos tiradas por Eduardo Schiavone Cardoso entre junho de 1995 e abril de 1996

Ilha Vitória : Porto e Ranchos de Canoas
Ilha Vitória : Rancho de Canoa
Ilha Vitória : A Casa e o Terreiro do Sr Paulo
Ilha Vitória : A Casa e o Terreiro do Sr. Emiliano
Ilha Vitória : A Casa e o Terreiro do Sr. Ramiro
Ilha Vitória : A Casa e o Terreiro do Sr. José
Ilha Vitória : A Escola
Ilha Vitória : Confeccionando Miniaturas de Embarcações
Ilha Vitória : Sr. Manuel Construindo uma Gaiola
Ilha Vitória : Captação e Armazenamento de Água
Ilha Vitória : Peixe Salgado Secando ao Sol
Ilha Vitória : Roça de Mandioca
Ilha Vitória : Raspando Mandioca
Ilha Vitória : A Roda para a Ralagem da Mandioca
Ilha Vitória : A Massa da Mandioca já Ralada
Ilha Vitória : Prensando a Massa da Mandioca
Ilha Vitória : Torrando a Farinha
Monte de Trigo : Vista Geral do Porto
Monte de Trigo : O Porto, Espaço dos Pescadores
Monte de Trigo : Preparando as Redes
Monte de Trigo : A Chegada de Barra do Una
Monte de Trigo : Canoa Confeccionada por Encomenda
Monte de Trigo : Preparando a Rede
Monte de Trigo : A Saída para a Pesca
Monte de Trigo : Em Busca do Peixe
Monte de Trigo : A Casa e o Terreiro do Sr. Alfredo. Observe o Sombreamento das Casas
Monte de Trigo : A Família de Alfredo e Joana . Está Presente Apenas Um dos 18 Filhos
Monte de Trigo : A Família de Valentim e Valderez Falta a Menina Jaqueline e o Garoto
Emerson
Monte de Trigo : A Escola e o Alunado